

Relatório Final de Autoavaliação

3º Plano de Ação Nacional

Parceria para Governo Aberto – OGP
Open Government Partnership

Brasília
Setembro, 2018



Sumário

Introdução.....	3
I – O 3º Plano de Ação Nacional	5
II – Execução e Monitoramento do 3º Plano de Ação Nacional.....	8
Estratégia de Trabalho.....	8
I. Monitoramento	10
III – Informações Consolidadas sobre os Compromissos.....	12
Desempenho Geral do 3º Plano de Ação Nacional	12
Compromisso 1 – Dados Abertos no Governo Federal	15
Compromisso 2 – Transparência sobre Recursos Públicos.....	16
Compromisso 3 – Política de Acesso à Informação no Governo Federal	17
Compromisso 4 – Política de Acesso à Informação no Governo Federal	18
Compromisso 5 – Mecanismos de Efetividade da Participação Social na PNPS.....	19
Compromisso 6 – Recursos Educacionais Digitais	20
Compromisso 7 – Dados Abertos e Governança da Informação em Saúde.....	21
Compromisso 8 – Prevenção à Tortura, a Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Sistema Prisional.....	23
Compromisso 9 – Espaços de Inovação para Gestão e Serviços Públicos	25
Compromisso 10 – Avaliação e Simplificação de Serviços Públicos	26
Compromisso 11 – Inovação Aberta e Transparência no Legislativo	27
Compromisso 12 – Fomento a Governo Aberto em Estados e Municípios	29
Compromisso 13 – Transparência e Inovação no Judiciário.....	30
Compromisso 14 – Participação Social no Ciclo de Planejamento do Governo Federal.....	31
Compromisso 15 – Dados Abertos e Transparência Ativa em Meio Ambiente	32
Compromisso 16 – Mapeamento e Gestão Participativa para a Cultura.....	34
IV – Outras ações de Governo Aberto	35
V – Conclusão	37
VI – Anexo	39



Introdução

Em dezembro de 2016, o Brasil lançou o 3º Plano de Ação Nacional, o qual foi materializado após a realização de 27 oficinas de cocriação, que contaram com o envolvimento de 55 entidades da sociedade civil, 40 órgãos da Administração Pública Federal (incluindo Tribunal Superior Eleitoral – TSE – e Câmara dos Deputados), 10 órgãos das Administrações Públicas Estaduais e Municipais, e de 1 empresa do setor privado.

À época do lançamento do 3º Plano, vivia-se uma situação nova, a qual envolvia não somente a expectativa de se implementarem compromissos que haviam sido construídos de uma forma diversa, tendo como base o trabalho colaborativo entre governo e sociedade civil, mas também a perspectiva de sua execução conjunta.

Passados dois anos, avalia-se que a implementação do 3º Plano de Ação do Brasil foi positiva, apesar das dificuldades identificadas no processo de execução e de uma certa desmobilização de alguns atores, principalmente em virtude do cenário político-econômico do país. Destacamos, por exemplo, que os 16 compromissos que integram o Plano de Ação Nacional tiveram execução substancial, garantindo um desempenho geral superior a 80%. Além disso, em termos qualitativos, o retorno também foi significativo, considerando que muitos processos foram incrementados, muitas ações foram alavancadas e muitos aprendizados foram adquiridos, como será demonstrado neste relatório.

É importante lembrar também que, em virtude de atrasos ocorridos no ano de 2016, durante a construção do 3º Plano, a execução dos compromissos ainda não está plenamente concluída. A previsão é de que as ações sejam finalizadas até dezembro, cabendo destacar que o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), órgão responsável pelos processos operacionais relativos à OGP no Brasil, continuará monitorando o seu desenvolvimento, buscando priorizar o alcance de seus objetivos. Tal medida busca cumprir o calendário estabelecido pela OGP sem, no entanto, sacrificar os resultados das iniciativas perante a sociedade brasileira.



O presente Relatório Final de Autoavaliação traz ainda informações sobre a execução do Plano, detalhando os resultados do trabalho realizado por organizações da sociedade civil e órgãos do governo ao longo do biênio 2016-2018.

No tocante à articulação intra e intergovernamental, assim como ocorreu no primeiro ano de vigência do 3º Plano, a relação da Equipe de Governo Aberto da CGU com os coordenadores de compromisso, bem como com o Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil para Assessoramento em Governo Aberto e com as entidades envolvidas na execução das ações se manteve regular e frequente, não se limitando, inclusive, às reuniões de monitoramento. Essa interação mais próxima garantiu impactos no âmbito do Plano em si, mas evoluiu também para outras iniciativas, gerando desdobramentos nacionais e internacionais.

Faz-se necessário destacar também a atuação do GT da Sociedade Civil, grupo que se fez sempre presente para realizar o trabalho de monitoramento e acompanhamento da implementação do Plano em nome dos cidadãos e da sociedade civil.

Por fim, mas não menos importante, é fundamental agradecer a parceria e a dedicação constantes dos diversos órgãos de governo e, em particular, dos que assumiram a tarefa de coordenação de compromisso, se dispendo a trabalhar para superar dificuldades, vencer obstáculos internos e externos, garantir o envolvimento dos atores que integravam os compromissos e, assim, viabilizar a execução das ações do 3º Plano de Ação Nacional.



I – O 3º Plano de Ação Nacional

O Brasil, como país-membro da OGP, segue um calendário internacional para a elaboração e implementação de seus Planos de Ação. No caso do 3º Plano, o período inicialmente previsto para a construção do documento compreendia os meses de janeiro a junho de 2016 e a vigência seria de julho desse ano a julho de 2018.

Ao final do primeiro e início do segundo semestres de 2016, porém, o Brasil passou por intensos acontecimentos políticos, os quais culminaram na mudança da Presidência da República. A troca de governo resultou não somente no aumento do tempo necessário para a tomada-de-decisões, mas também na alteração do corpo técnico de diversos órgãos, o que desacelerou a interlocução entre os atores diretamente envolvidos na elaboração do Plano. Esses fatos somados provocaram um atraso no cronograma de trabalho, sem resultar – no entanto – no cancelamento ou invalidação do processo.

O 3º Plano de Ação brasileiro foi, então, lançado em meados de dezembro de 2016, sendo composto por 16 compromissos, oriundos de 15 temas pré-estabelecidos, e que foram divididos em 4 grandes eixos, conforme apresentado no quadro abaixo:

Eixos	Temas	Compromissos
Temas Estruturantes de Governo Aberto	Dados Abertos no Governo Federal	Identificar e implementar mecanismo para reconhecer problemas solucionáveis ou mitigáveis a partir da oferta de dados pelo governo, que atenda expectativas de demandantes e ofertantes.
	Transparência sobre os Recursos Públicos	Elaborar matriz estratégica de ações em transparência, com ampla participação social, com vistas a promover melhor

		governança e garantir acesso e apropriação de dados e informações dos recursos públicos.
	Política de Acesso à Informação no Governo Federal	Ampliar mecanismos para garantir mais celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação e divulgação adequada do rol de documentos classificados.
		Proteger a identidade de solicitantes, em casos justificáveis, por meio de ajustes nos procedimentos e canais de solicitação.
	Efetividade dos Mecanismos de Participação da Política Nacional de Participação Social (PNPS)	Integrar ferramentas online em uma plataforma única para consolidar e fortalecer o Sistema de Participação Social.
	Participação Social no Ciclo de Planejamento do Governo Federal	Ampliar a participação social no PPA por meio do Fórum Interconselhos.
Governo Aberto e Garantia de Direitos	Recursos Educacionais Digitais	Estabelecer novo modelo de avaliação, aquisição, fomento e distribuição de Recursos Educacionais Digitais – RED – no contexto da cultura digital.
	Dados Abertos e Governança da Informação em Saúde	Disponibilizar respostas aos pedidos de acesso à informação dos últimos quatro anos em

		plataforma de transparência ativa e ampliar o número de indicadores da Sala de Apoio à Gestão Estratégica – SAGE, com monitoramento da sociedade civil.
	Prevenção à Tortura, a Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Sistema Prisional	Implementar um sistema informatizado, único e de formato aberto de inspeção prisional, garantindo a participação da sociedade civil na sua construção e gestão.
	Dados Abertos e Transparência Ativa em Meio Ambiente	Criar espaço de diálogo entre governo e sociedade para a geração e implementação de ações voltadas à transparência em meio ambiente.
	Mapeamento e Gestão Participativa para a Cultura	Consolidar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, SNIIC, para a produção, difusão e uso compartilhado de dados, informações e indicadores para a co-gestão da cultura.
Inovação e Melhoria de Serviços Públicos	Espaços de Inovação para Gestão e Serviços Públicos	Consolidar uma rede aberta no setor público de forma colaborativa e transparente com a sociedade.
	Avaliação e Simplificação de Serviços Públicos	Realizar inventário dos serviços do Poder Executivo Federal e implementar avaliação por meio

		de mecanismos de satisfação, priorizando serviços para melhoria
Rumo a um Estado Aberto	Inovação Aberta e Transparência no Legislativo	Criar e difundir repositório para institucionalização de Parlamento Aberto contendo normas, ferramentas, capacitações, guias e práticas.
	Fomento a Governo Aberto em Estados e Municípios	Implementar ações de fomento a governo aberto com o envolvimento da sociedade civil, considerando experiências já existentes em estados e municípios.
	Transparência e Inovação no Judiciário	Implantar Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral.

II – Execução e Monitoramento do 3º Plano de Ação Nacional

Estratégia de Trabalho

Conforme apresentado no Relatório de Autoavaliação Intermediário, entende-se o processo de monitoramento como um conjunto de atividades – articuladas, sistemáticas e formalizadas – de produção, registro, acompanhamento e análise crítica de informações geradas na gestão de determinada iniciativa/ação, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões quanto aos esforços necessários para o seu aprimoramento.

O monitoramento do 3º Plano de Ação Nacional, coordenado pela CGU em parceria com o GT da Sociedade Civil, teve o propósito de subsidiar os atores envolvidos

na execução dos compromissos com informações atualizadas, simples e objetivas, a fim de que correções e eventuais ajustes pudessem ser realizados de forma tempestiva.

Com base nesta perspectiva, já durante as oficinas de cocriação, foram definidos marcos, prazos e responsáveis pela execução de cada ação. Acredita-se que essa medida possibilitou um desempenho proativo do governo e da sociedade civil, que intervieram tão logo eram identificadas dificuldades de algum órgão ou entidade em executar os compromissos.

Ressalte-se que o monitoramento previu, ainda, a realização de reuniões periódicas para alinhamento de informações, bem como a elaboração bimestral de Relatórios de Status de Execução (RSE). Este fluxo de informações permitiu avaliar e dimensionar a evolução de cada compromisso de maneira contínua.

A CGU prestou apoio logístico para garantir que esses processos ocorressem de maneira precisa e dinâmica, sendo responsável também por dar transparência às discussões e aos resultados dos compromissos.

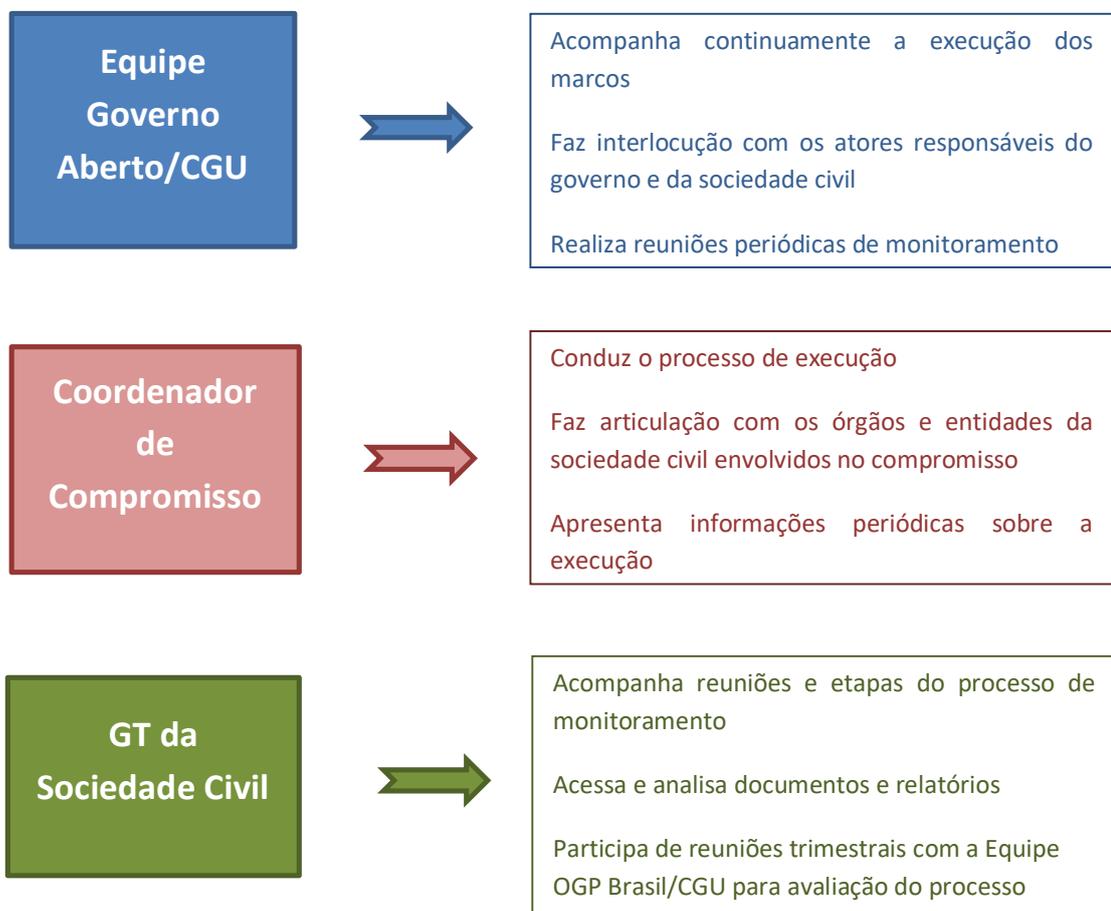
A figura abaixo apresenta o ciclo de monitoramento que foi desenvolvido para acompanhamento da execução do 3º Plano de Ação Nacional.



I. Monitoramento

Os 16 compromissos foram divididos em 3 grupos. Cada grupo teve um representante da Equipe Governo Aberto/CGU e um representante do GT da Sociedade Civil como monitores. Os monitores tiveram a função de acompanhar o desenvolvimento dos marcos, auxiliar o coordenador do compromisso e dar assistência para a efetiva execução das atividades.

A figura abaixo apresenta as atribuições de cada representante no processo de implementação do 3º Plano de Ação:



Apesar de estarem agrupados por responsáveis, todos os compromissos permanecem independentes e autônomos entre si, com suas respectivas especificidades de execução e acompanhamento. Tal condição não impediu, porém, que os coordenadores se articulassem para promover a integração de ações convergentes

existentes no âmbito de cada compromisso. Neste sentido, destaca-se a aproximação de ações desenvolvidas em conjunto pelos coordenadores dos compromissos 5 (tema: Participação Social) e 10 (tema: Avaliação de Serviços Públicos), bem como pelos coordenadores dos compromissos 1 (tema: Dados Abertos), 6 (tema: Educação) e 7 (tema: Saúde).

Quanto às reuniões de execução, a proposta era de que sua realização ficasse a cargo dos Coordenadores de Compromisso, sendo responsabilidade de cada um avaliar a necessidade e periodicidade mais adequadas. Coube à Equipe de Governo Aberto da CGU e ao GT da Sociedade Civil acompanhá-las quando demandados, o que aconteceu em diversas oportunidades. Como exemplo, citam-se as articulações realizadas pela CGU e manifestações formais do GT da Sociedade Civil no âmbito do compromisso 8, em virtude de dificuldades encontradas pela coordenação do compromisso para avançar na implementação dos marcos.

Em paralelo, o monitoramento previu ainda a elaboração bimestral de Relatórios de Status de Execução (RSE). Este fluxo de informações permitiu avaliar e dimensionar a evolução de cada compromisso de maneira contínua.

Por fim, cabe ressaltar que, além de 4 rodadas de reuniões específicas de monitoramento junto aos órgãos de governo e às entidades da sociedade civil integrantes de cada compromisso (totalizando 64 encontros específicos), foram realizadas diversas reuniões de execução e 4 reuniões gerais de coordenadores de compromisso. As reuniões gerais de coordenadores de compromisso, com exceção da primeira, foram todas transmitidas ao vivo e tiveram gravação disponibilizada na internet.

As reuniões gerais de coordenadores de compromisso contaram não somente com a presença do Ministro da CGU e da Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção, mas também de representantes do GT da Sociedade Civil. Todos esses encontros tiveram como objetivos fortalecer o contato entre os atores governamentais e da sociedade civil envolvidos com os marcos que compõem os compromissos, promover a troca de experiências sobre avanços e desafios, além de realizar uma ação de transparência.



Em resumo, pode-se afirmar que as reuniões de monitoramento aconteceram conforme o planejado, sendo realizadas nos meses de fevereiro e agosto de 2017 e nos meses de março e agosto de 2018. Os encontros garantiram o acompanhamento da execução dos marcos, a análise de sua adequação aos prazos estabelecidos e a avaliação da atuação dos parceiros de governo e da sociedade responsáveis pela execução.

A avaliação da Equipe de Governo Aberto da CGU é de que a estratégia de monitoramento e avaliação adotada garantiu um desempenho melhor do Plano.

III – Informações Consolidadas sobre os Compromissos

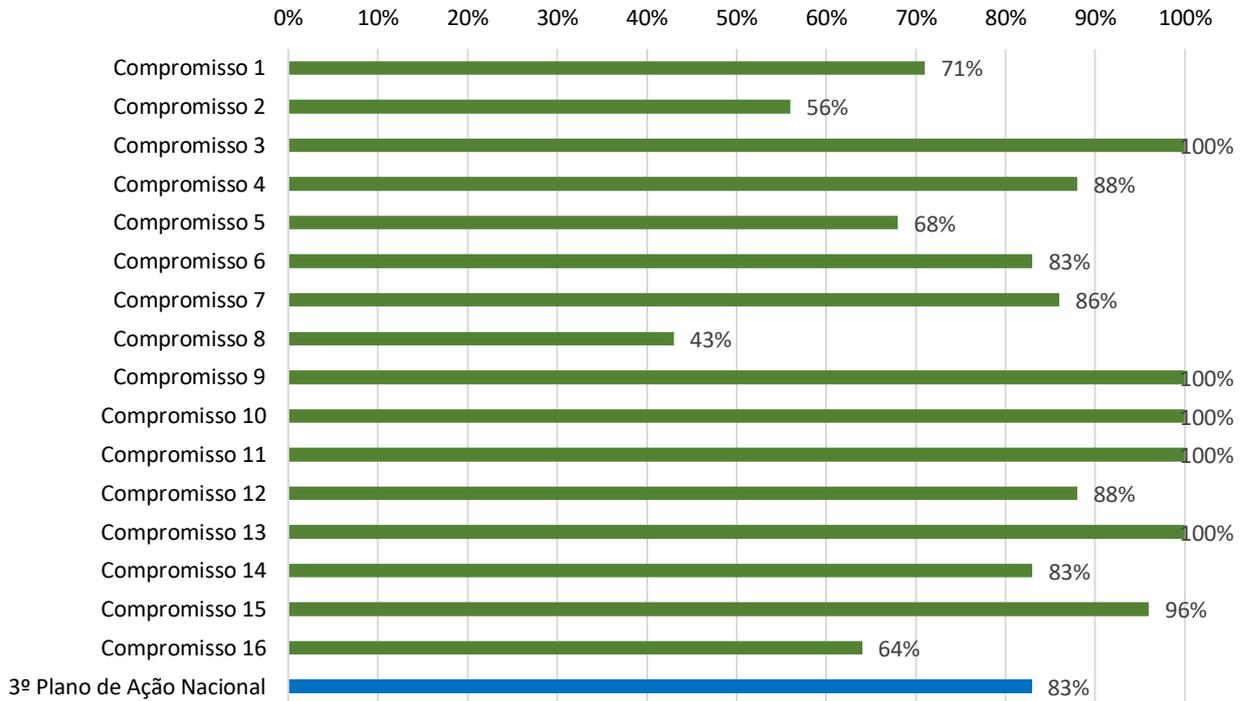
Desempenho Geral do 3º Plano de Ação Nacional

Com base nos Relatórios de Status de Execução (RSE) apresentados pelos coordenadores de compromisso e nas reuniões de execução e monitoramento realizadas ao longo do período de implementação do 3º Plano de Ação Nacional, apresentam-se abaixo dados consolidados sobre o desempenho geral do Plano, bem como sobre cada um dos seus compromissos.

Os valores representados nos gráficos a seguir foram calculados por meio dos percentuais de execução de cada marco, indicados pelos coordenadores nos RSE elaborados até agosto de 2018, não havendo atribuição de peso diferenciado às iniciativas.

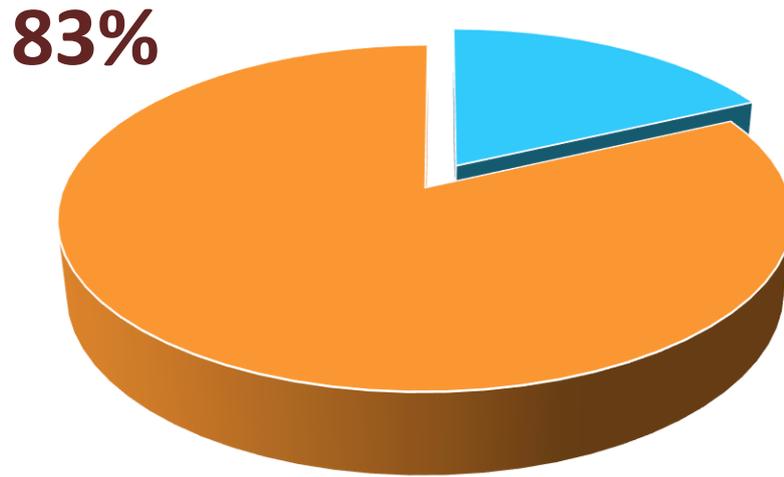


Desempenho Geral do 3º Plano de Ação Nacional por compromisso



No tocante ao desempenho geral do 3º Plano de Ação brasileiro, até agosto de 2018, o percentual de execução foi da ordem de 83%. O valor é, na avaliação da Equipe Governo Aberto/CGU, bastante significativo, visto que há perspectiva de execução plena da maioria dos compromissos até o final do ano. Tal situação se justifica pelo fato de que, conforme cronograma elaborado durante as oficinas de cocriação, a previsão era de que as atividades pudessem ser desenvolvidas durante 24 meses e, tendo o 3º Plano sido lançamento somente em dezembro de 2016, em virtude dos acontecimentos políticos daquele ano, o período efetivo de execução pactuado foi o de janeiro/2017 a dezembro/2018.

Assim, a despeito da submissão deste Balanço Final à OGP em outubro de 2018, atendendo ao que determina o calendário da Parceria, alguns compromissos têm marcos que se estenderão até dezembro do corrente ano, seguindo o que foi previamente acordado.

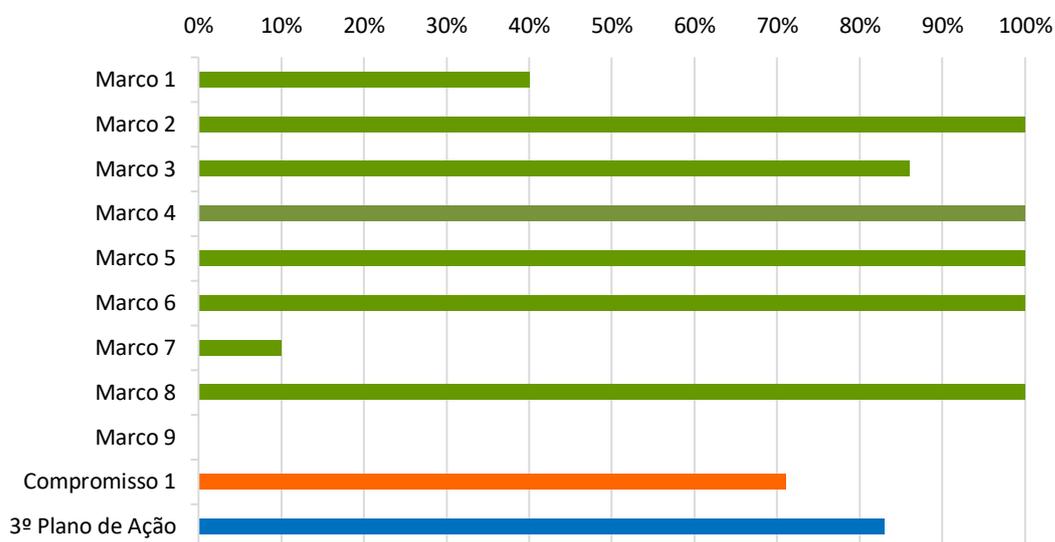


Mais informações sobre as ações gerais de monitoramento do 3º Plano de Ação podem ser encontradas no endereço: www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro

A seguir, são apresentados gráficos referentes à execução de cada compromisso, com destaque específico para seus marcos, bem como a comparação entre o desempenho geral do compromisso em relação ao desempenho geral do 3º Plano.

Compromisso 1 – Dados Abertos no Governo Federal

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 1, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



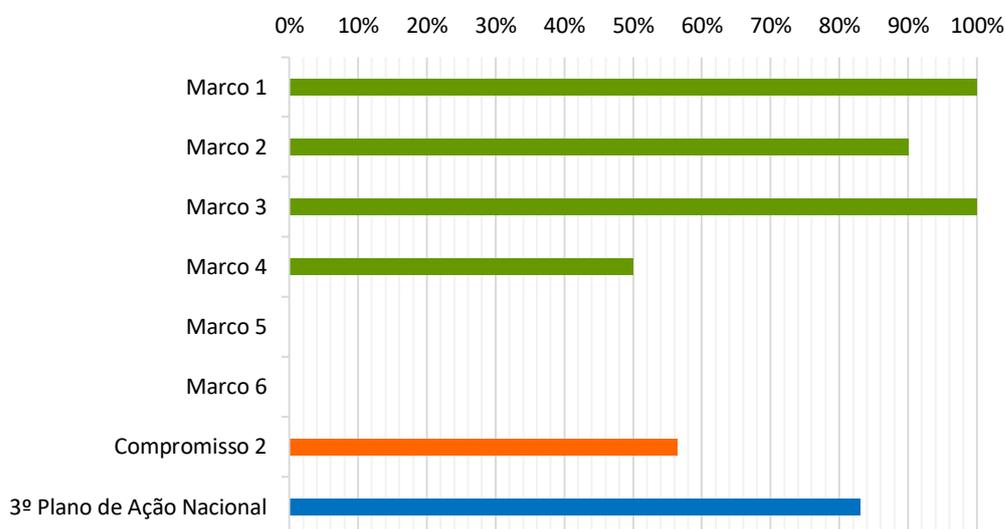
Considerando-se as dificuldades que marcaram o início do compromisso, avalia-se que o grau de execução alcançado, 71%, foi compatível com o tempo transcorrido, sendo destaque positivo a execução total de 5 dos 9 marcos pactuados. Com relação aos demais, estão sendo avaliadas, pela coordenação do compromisso, as alternativas para conclusão das ações até dezembro de 2018.

Neste sentido, destacamos as palavras da Coordenação do Compromisso: *“Planejar e implementar uma política de dados abertos necessita de investimentos e recursos públicos. Para que esse investimento se justifique, num cenário de recursos limitados, é necessário que sejam priorizados os projetos de abertura de dados que tenham maior potencial de impacto positivo na sociedade e na economia.”*

Para mais informações sobre o compromisso 1, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/dados-abertos/dados-abertos>

Compromisso 2 – Transparência sobre Recursos Públicos

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 2, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



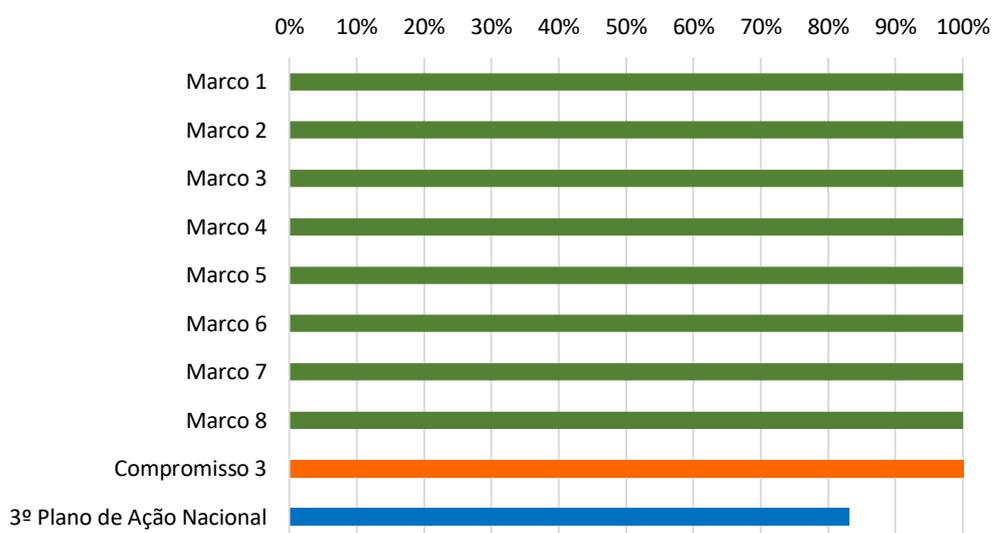
No tocante ao compromisso 2, a execução foi da ordem de 56%. O desempenho aquém do esperado se deveu ao fato de que o processo de reformulação do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), iniciativa que era pré-requisito para a implementação de diversos marcos do compromisso, demorou mais tempo do que o previsto para acontecer. Apesar disso, a ação já foi iniciada e está em andamento, tendo sido publicado, em agosto de 2018, o Decreto nº 9.468, que dispôs sobre o assunto. Cabe destacar, ainda, que, logo após a publicação do referido Decreto, a CGU iniciou a elaboração do edital para seleção das entidades e organizações da sociedade civil que integrarão o Conselho e o processo tem previsão de encerramento em 30 de novembro, com a publicação da designação dos novos membros. Por fim, menciona-se que a coordenação do compromisso prevê a possibilidade de realização da primeira reunião do novo Conselho para dezembro.

Nas palavras do Coordenador do Compromisso: *“Os grandes legados do compromisso 2 são o fortalecimento de práticas relacionadas à transparência no âmbito governamental, a ampliação da participação social e o aprimoramento das iniciativas de controle social”.*

Para mais informações sobre o compromisso 2, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/transparencia/entrada>

Compromisso 3 – Política de Acesso à Informação no Governo Federal

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 3, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



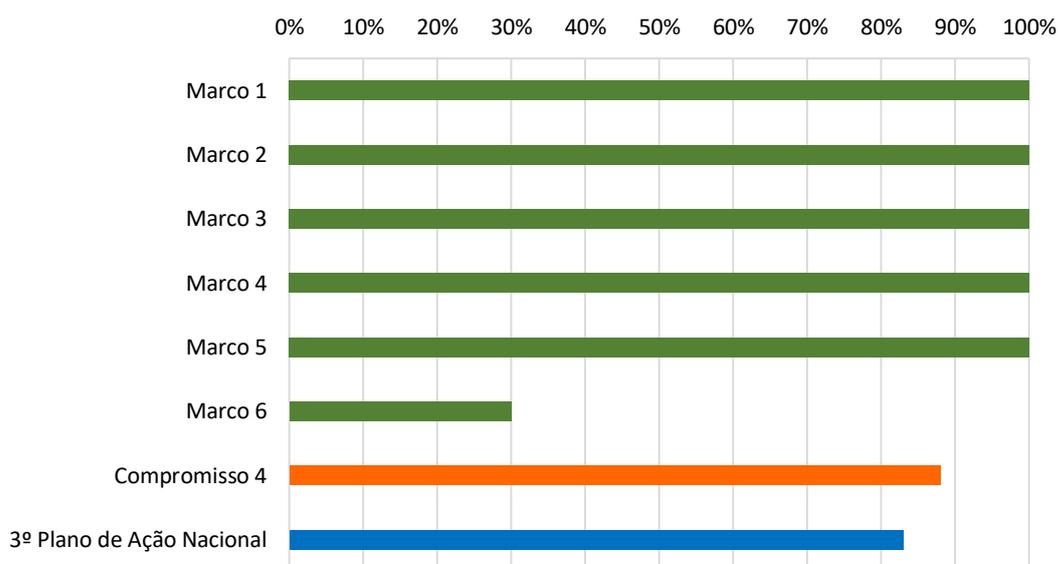
O compromisso 3, que previa ampliar mecanismos para garantir mais celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação, e divulgar adequadamente o rol de documentos classificados, foi plenamente executado. A atuação dos órgãos e entidades envolvidos na implementação merece destaque, pois se deu de maneira constante e bastante colaborativa. A avaliação da qualidade da publicação do rol de informações classificadas nas páginas oficiais dos órgãos e entidades do governo federal foi realizada pela sociedade civil e publicada no site <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2018/3o-plano-de-acao-compromisso-3-1>. Além disso, foram publicados no site da LAI (www.lai.gov.br) os resultados dos 22 ministérios avaliados.

Nas palavras do Coordenador do Compromisso: *“Como ainda existia uma heterogeneidade no atendimento à LAI por parte dos órgãos do Poder Executivo Federal, o trabalho realizado permitiu a evolução dos avaliados, visto que as orientações foram específicas, proporcionando a todos a possibilidade de melhoria no seu atendimento. Vale destacar, ainda, que o compromisso também foi fundamental para ampliação da transparência do rol de informações classificadas.”*

Para mais informações sobre o compromisso 3, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/Acesso-Informacao/Apresentacao>

Compromisso 4 – Política de Acesso à Informação no Governo Federal

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 4, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



O compromisso 4 enfrentou dificuldades iniciais para sua execução, pois o estudo jurídico, um dos marcos estabelecidos, sinalizou a impossibilidade de anonimização do requerente via e-Sic. Criou-se, então, um impasse quanto às estratégias pensadas para a execução do compromisso e, conseqüentemente, quanto à sua viabilidade, situação que perdurou por alguns meses. O cenário mudou, porém, com publicação da Lei nº 13.460/2017. Intitulada “Código de Defesa do Usuário”, a lei – que passou a vigorar em junho/2018 – amparou legalmente a preservação da identidade

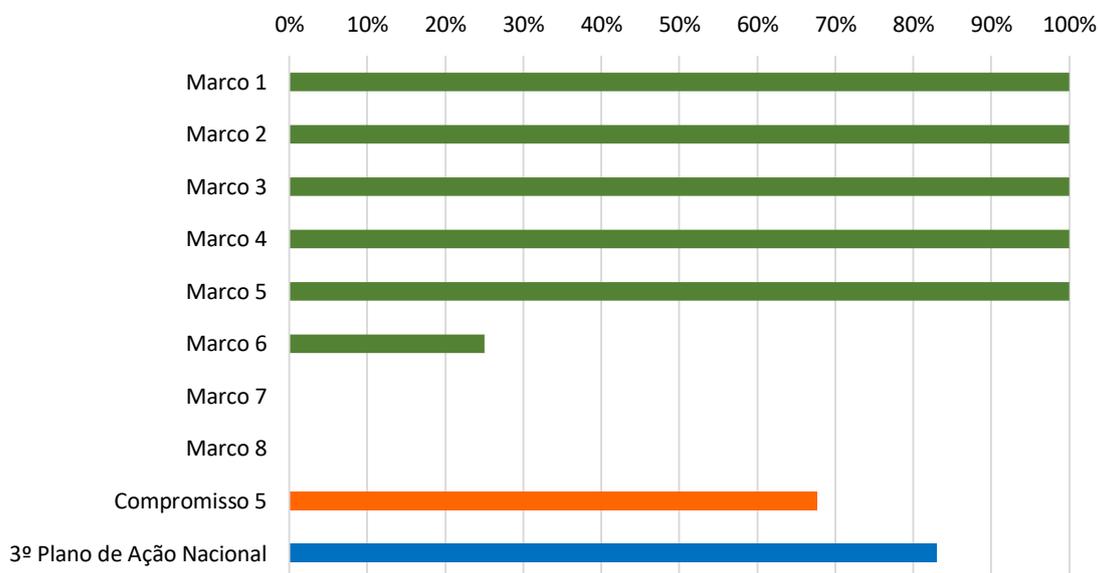
do solicitante. Com base na nova legislação, a coordenação do compromisso inseriu a atualização do sistema e-SIC no plano interno de tecnologia da CGU e já analisou as telas do sistema para a definição das alterações que viabilizarão a proteção dos dados do solicitante, nos casos definidos. Há, portanto, perspectiva real de que o compromisso seja plenamente executado até dezembro de 2018.

Nas palavras do Coordenador do Compromisso: *“O e-SIC do governo federal incluirá um campo em que o requerente poderá solicitar que sua identidade seja preservada. A necessidade de incluir informações pessoais permanecerá, mas elas não serão compartilhadas com os órgãos, ficando retidas na CGU. A medida atende a uma pauta conjunta da sociedade e da CGU.”*

Para mais informações sobre o compromisso 4, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/Acesso-Informacao/Apresentacao>

Compromisso 5 – Mecanismos de Efetividade da Participação Social na PNPS

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 5, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



O compromisso 5 alcançou 68% de execução e teve 5 de seus 8 marcos implementados plenamente no período considerado por este Relatório Final. Observou-

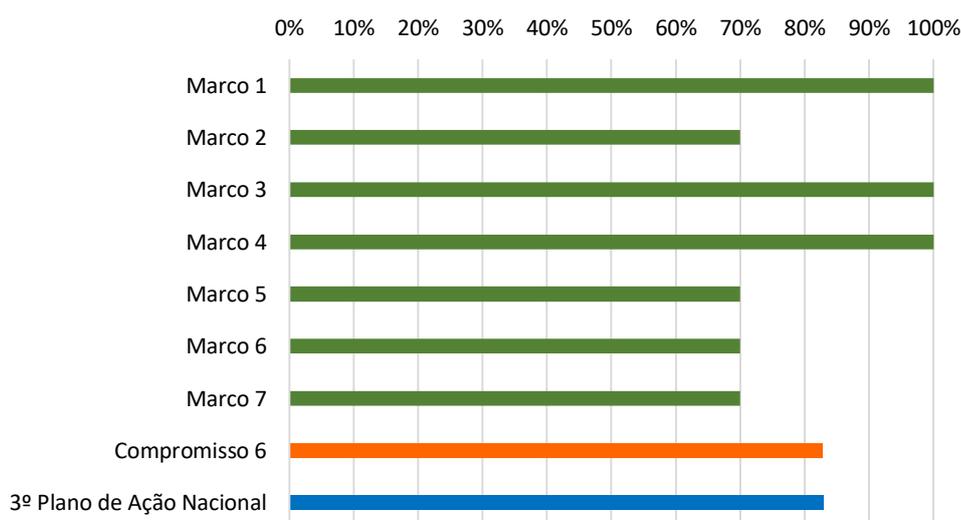
se que um facilitador do processo de execução foi a disponibilidade de colaboração da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República/SECOM-PR. Sem essa parceria, o compromisso, provavelmente, teria dificuldades em se concretizar, não somente em virtude da falta de recursos orçamentários e financeiros, mas também devido ao tempo necessário para elaboração de um edital e contratação de uma empresa para desenvolvimento de um portal. Quanto aos marcos pendentes, é possível que a execução de alguns deles extrapole os prazos do 3º Plano de Ação Nacional.

A despeito das dificuldades, nas palavras da Coordenação do Compromisso: *“A participação social na gestão pública vem para oxigenar a democracia e trazer novos pontos de encontro e diálogo do Estado com o cidadão. Esta interação ativa do cidadão na gestão pública, com as ferramentas de participação, com o potencial tecnológico disponível e com toda a estrutura de organizações da sociedade civil, é o caminho explorado pelo compromisso 5 do 3º Plano do Brasil na OGP.”*

Para mais informações sobre o compromisso 5, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/participacao/Apresentacao>

Compromisso 6 – Recursos Educacionais Digitais

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 6, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



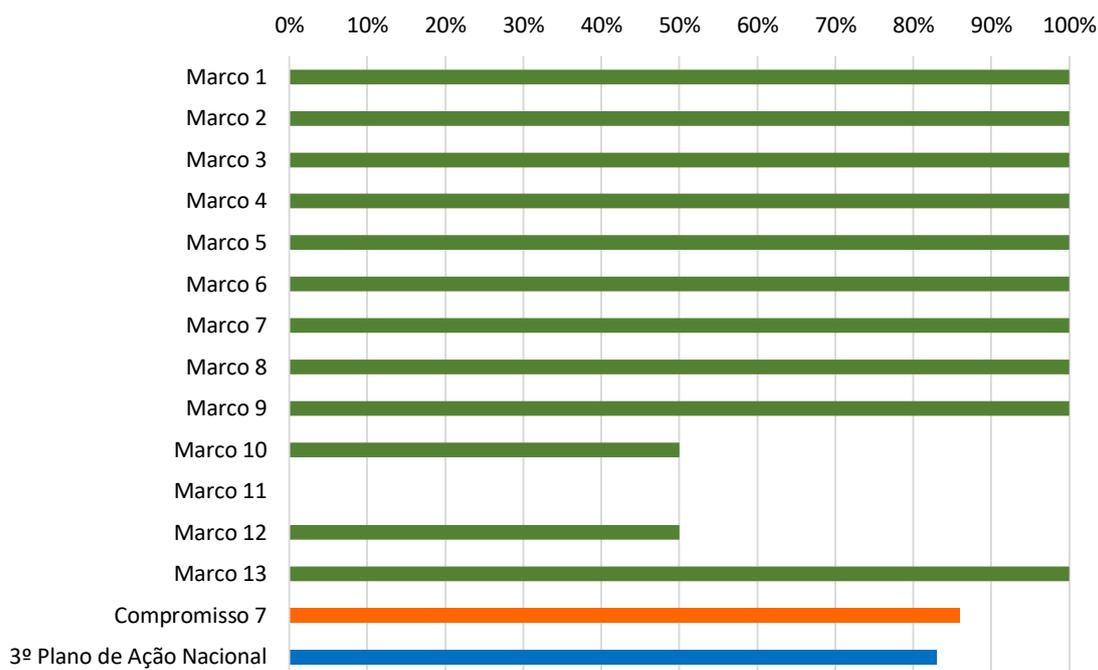
O compromisso 6 ganhou uma dimensão maior do que a esperada quando de sua construção, sendo hoje, efetivamente, uma iniciativa perene no âmbito do Ministério da Educação. O desempenho registrado, 83%, está de acordo com o que foi originalmente pactuado e é fruto de um esforço colaborativo intenso entre os órgãos do governo e as entidades da sociedade civil envolvidos. Apesar de apenas 3 dos 7 marcos terem sido executados plenamente, há previsão de implementação plena até dezembro de 2018.

O alcance da ação iniciada foi materializado nas palavras da Coordenadora do Compromisso: *“A partir do compromisso (...) percebemos que, na educação, é necessária uma ação mais ampla e que os recursos educacionais digitais são apenas uma das dimensões. Estudos de instituições especializadas mostraram que, em vários países, o crescimento exponencial na qualidade da educação, por meio da incorporação de tecnologia, tem um ponto em comum: a multidimensionalidade da política pública. Reconhece-se que o potencial da tecnologia em favor da educação só é concretizado integrando-se quatro dimensões: visão, competências de gestores e professores, acesso e qualidade de recursos educacionais digitais e infraestrutura.”*

Para mais informações sobre o compromisso 6, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/Recursos%20Educacionais%20Digitais/Pagina-Inicial>

Compromisso 7 – Dados Abertos e Governança da Informação em Saúde

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 7, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



Para o cumprimento do compromisso 7 foram definidos, originalmente, 11 marcos. As primeiras ações previam não somente a coleta, análise e categorização dos pedidos de acesso à informação, mas também o aprimoramento dos indicadores disponíveis na SAGE e a realização de consulta pública para eleição de dados de populações vulneráveis. Em 2017, o grupo envolvido na execução do compromisso sentiu necessidade de incluir mais 2 marcos, sendo um deles voltado ao fomento de plano de dados abertos em estados e municípios e o outro, ao desenvolvimento de plataforma colaborativa para divulgação de informações, com o apoio da sociedade civil.

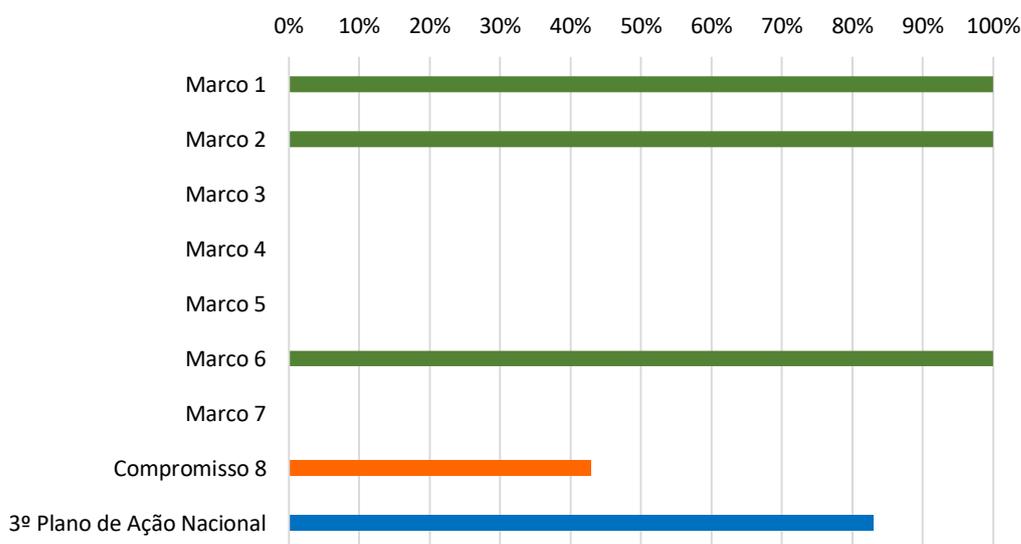
Dos 13 marcos estabelecidos, 10 foram executados integralmente, 2 estão em fase intermediária de implementação e um deles, que prevê a divulgação das informações da SAGE e do Ministério Público Federal em um seminário, ainda não foi iniciado, havendo, entretanto, possibilidade de finalização até dezembro de 2018.

Nas palavras do Coordenador do Compromisso: *“O fortalecimento da cultura de transparência requer o aperfeiçoamento dos canais de comunicação, dos processos e das práticas comuns que compõem as ações institucionais dos órgãos por meio da adoção de padronização tecnológica. Espera-se que os trabalhos realizados no âmbito do compromisso 7 possam contribuir para a criação de uma nova dinâmica na disponibilização, integração e compartilhamento de dados e informações ao cidadão.”*

Para mais informações sobre o compromisso 7, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/saude/saude>

Compromisso 8 – Prevenção à Tortura, a Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Sistema Prisional

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 8, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



O compromisso 8 foi o que teve menor execução dentre os 16 que integram o 3º Plano de Ação Nacional. Dificuldades variadas justificam tal situação, entre elas as diversas mudanças na gestão do Ministério ao qual o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, órgão coordenador do compromisso, estava vinculado, e o desenvolvimento da estratégia de trabalho definida pela coordenação. Em relação a isso, cabe lembrar, por exemplo, que foi publicado, em 11/09/2017, o Edital de Chamamento Público nº 01/2017/DEPEN, que visava a seleção de Organização da Sociedade Civil para celebração de termo de colaboração voltado à execução de projeto de aperfeiçoamento de metodologias de inspeção em unidades prisionais. O projeto teve por objetivos/metapas: (i) contribuição com a execução do Compromisso 8; (ii) apoio à realização de consulta pública sobre os campos de formulário padronizado de inspeções prisionais, inclusive quanto à mobilização de atores relevantes e análise dos

resultados obtidos; (iii) mapeamento e desenvolvimento de melhorias em sistema informatizado, considerando as necessidades de gestão de cadastro e de relatórios de inspeção, bem como de ferramentas de transparência e painéis de controle; (iv) realização de ações voltadas à capacitação de instituições quanto à realização de inspeções prisionais, considerando, inclusive, o uso de sistema informatizado; e (v) elaboração de recomendações para o aperfeiçoamento de metodologias de inspeção prisional, considerando a pluralidade de atores envolvidos e a articulação com organizações da sociedade civil. Neste sentido, a parceria com a organização da sociedade civil que seria selecionada no âmbito do chamamento público passou a figurar como estratégia central para a execução do Compromisso 8. Apesar do prazo generoso estabelecido em edital para apresentação de projetos, o chamamento se encerrou sem o recebimento de propostas. O DEPEN decidiu prorrogar o prazo, o que foi feito duas vezes, sem que surgissem propostas.

Diante desse cenário, a coordenação do compromisso decidiu recuperar a ordem de execução originalmente definida nos marcos e iniciou, junto com a Associação para a Prevenção da Tortura – APT, um trabalho para mapeamento de atores do governo e da sociedade civil que pudessem ter interesse em instituir um fórum de discussão acerca das inspeções prisionais, buscando pensar indicadores de verificação e fiscalização que fossem comuns, bem como a formatação de um banco de relatórios de inspeção. Dando sequência à estratégia de trabalho adotada, foi realizada, em 8 de maio de 2018, uma primeira reunião com os referidos atores para discutir as metodologias de inspeção prisional, bem como tratar da viabilidade de instituir o fórum. O objetivo, em resumo, era colocar em discussão a metodologia adotada pelos atores para a atividade de fiscalização e inspeção prisional, bem como os indicadores catalogados a partir das visitas. As instituições que manifestaram interesse em compor o fórum, num primeiro momento, foram as seguintes: DEPEN/MESP, APT, Open Knowledge Foundation, Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, Ministério dos Direitos Humanos – MDH e Ministério Público Federal – MPF. Em 29 de agosto, foi realizada mais uma reunião do grupo, à semelhança da que havia ocorrida em maio, ambas articuladas pela CGU a pedido da coordenação do compromisso. Em setembro, por fim, aconteceu a

reunião mais recente para tratar do assunto. Na ocasião, avançou-se na proposta apresentada pelo CNMP de disponibilizar sua estrutura de TI para abrigar o futuro sistema. De acordo com a agenda, havia previsão de outra reunião em outubro.

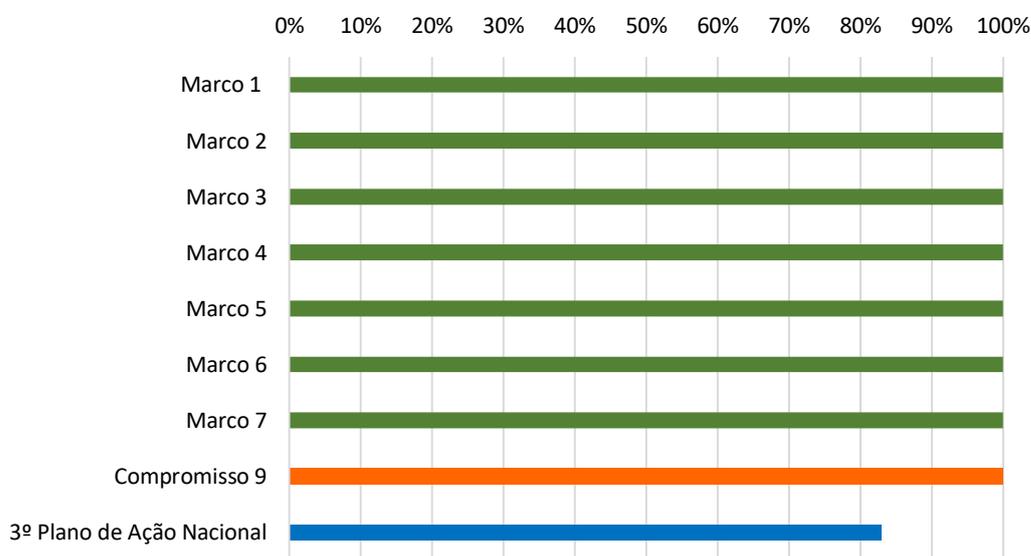
Assim, ainda que executado fora do período de vigência do 3º Plano de Ação Nacional, os resultados tendem a ser promissores.

Nas palavras da Coordenadora do Compromisso: *“(é essencial) mobilizar os atores de governo e da sociedade civil para instituir fórum de discussão acerca das inspeções prisionais, com vistas a pensar indicadores de verificação e fiscalização que sejam comuns, bem como a formatação de banco de relatório de inspeção.”*

Para mais informações sobre o compromisso 8, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/tortura/Apresentacao>

Compromisso 9 – Espaços de Inovação para Gestão e Serviços Públicos

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 9, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



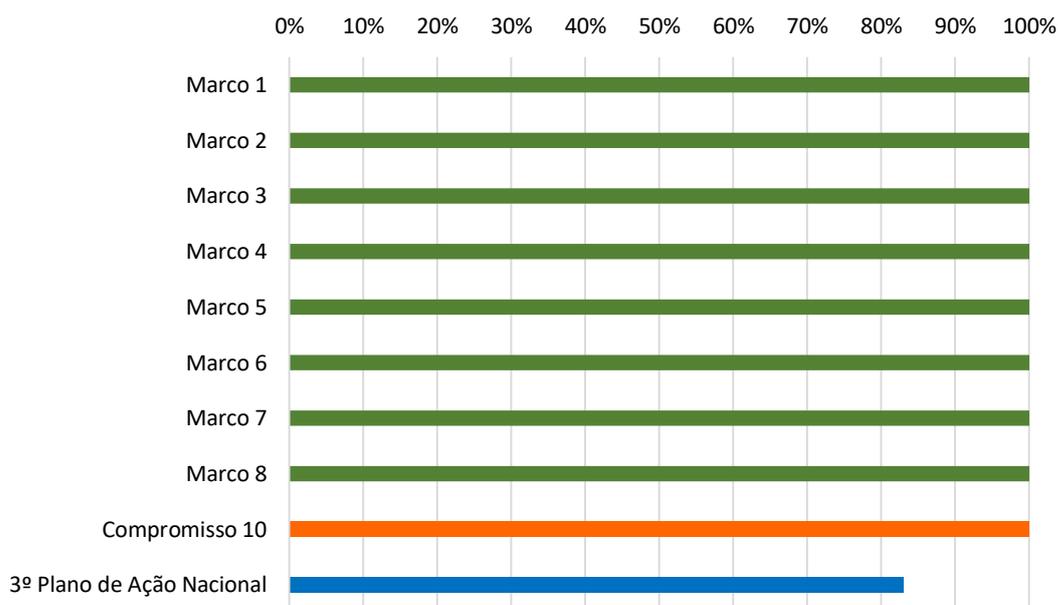
Os processos relativos ao compromisso 9 avançaram de forma satisfatória, com expansão das ações realizadas e conclusão de todas as atividades originalmente previstas. A consolidação da InovaGov, rede aberta de inovação no setor público, de forma colaborativa com a sociedade, teve execução plena e já apresenta resultados.

Nas palavras da Coordenadora do Compromisso: *“A dinâmica da Rede (InovaGov) continuará fomentando a formação de capacidades e a disseminação de boas práticas, deixando como grande legado do compromisso 9 o estabelecimento de um canal permanente de diálogo entre a sociedade e a administração pública, e entre as organizações da administração pública, em seus vários níveis, fortalecendo a cultura de criação conjunta de soluções”.*

Para mais informações sobre o compromisso 9, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/inovacao/inovacao>

Compromisso 10 – Avaliação e Simplificação de Serviços Públicos

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 10, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



O compromisso atingiu 100% dos seus resultados e isso se deveu ao fato de que o projeto Plataforma de Cidadania Digital, criado pelo Decreto 8936/16, obteve alto grau de priorização e de articulação governamental. A Plataforma previu catalogar os serviços públicos federais em um único portal (há, no momento, mais de 1.700 serviços catalogados, sendo que, aproximadamente, 40% deles podem ser requisitados

digitalmente) e, além disso, disponibilizar ferramenta de avaliação para que cidadãos e empresas pudessem oferecer feedback da prestação realizada.

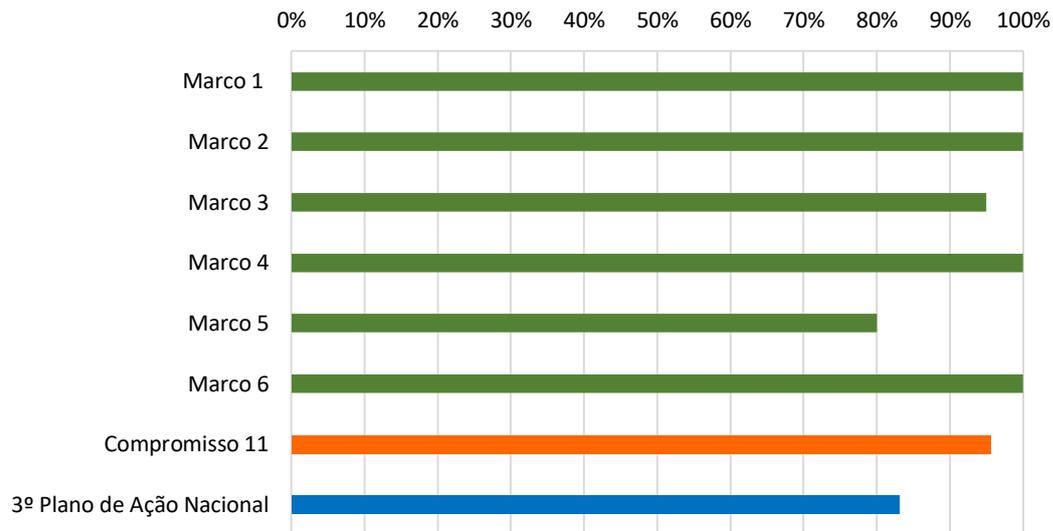
Nas palavras do Coordenador do Compromisso: *“Coordenar o Compromisso 10 é, ao mesmo tempo, uma grande honra e um grande desafio. Por um lado, o tema “serviço público” é a função prioritária do Estado e desta função deriva também a nossa própria “profissão”, a de servidores públicos. Por outro lado, trata-se de um grande desafio fazer avançar direitos muito básicos que qualquer cidadão deveria ter em um ambiente democrático: conhecer os serviços públicos a que tem direito (e paga!) e avaliá-los segundo sua perspectiva de usuário. Acredito, honestamente, que poucas ações de transparência e participação social são tão poderosas quanto estas. Um inventário online de serviços públicos (www.servicos.gov.br), com informações sobre o passo-a-passo e canais de atendimento, e um mecanismo de avaliação da qualidade da prestação destes serviços são, com o perdão da expressão, “participação na veia”. Em ambos os casos, a oportunidade de feedback para o Estado sobre como melhorar os serviços públicos é extremamente valiosa.”*

Para mais informações sobre o compromisso 10, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/avaliacao/inovacao>

Compromisso 11 – Inovação Aberta e Transparência no Legislativo

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 11, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:





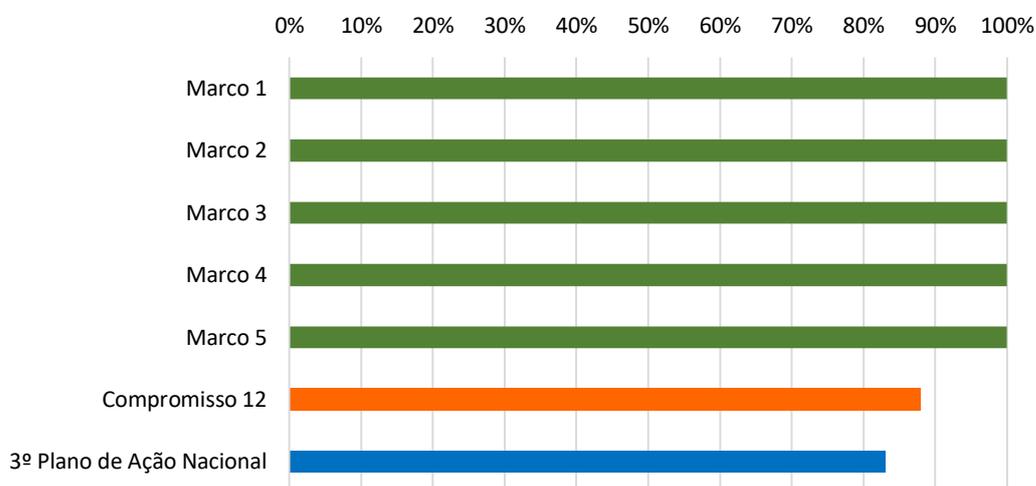
A execução do compromisso 11, que alcançou 96% até o momento, se deveu à intensa e constante articulação de três principais atores de governo: Câmara dos Deputados (LabHacker), Senado (Interlegis) e Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Não obstante a concentração de trabalho em poucos representantes, a coordenação do compromisso realizou consultas públicas em torno dos produtos resultantes da consecução dos marcos, com o objetivo de imprimir diversidade e representatividade às ações. Quanto aos marcos pendentes, 3 e 5, há previsão de que, antes do final do ano, ambos sejam realizados em sua integralidade.

Assim, nas palavras do Coordenador do Compromisso: “Como legado desse trabalho (...), *ambicionamos a criação de um verdadeiro modelo de desenvolvimento colaborativo em rede nacional, concebido para gerar um grande efeito multiplicador no uso e na evolução das soluções de Parlamento Aberto, principalmente no âmbito dos municípios. Acreditamos que o intenso compartilhamento de ideias e experiências entre todas as Casas Legislativas, aliado ao protagonismo dos cidadãos, certamente trará maior efetividade à prestação de contas do Estado, aperfeiçoará a transparência pública e ampliará a participação social.*”

Para mais informações sobre o compromisso 11, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/parlamento/entrada>

Compromisso 12 – Fomento a Governo Aberto em Estados e Municípios

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 12, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



O compromisso 12 foi plenamente executado, cabendo ressaltar, porém, que houve alteração nos marcos originalmente previstos. Tal modificação se justificou pela necessidade de ajustes que viabilizassem a concretização dos objetivos propostos, bem como que conferissem institucionalidade e perenidade às ações. Assim, em 2017, com base no trabalho realizado até aquele momento, o grupo envolvido na implementação do compromisso avaliou que seria necessário suprimir os marcos 5, 6 e 7, estabelecendo uma nova ação, que estivesse mais adequada às realidades dos municípios, das organizações parceiras, e, ainda, às condições objetivas da CGU, órgão coordenador do compromisso. O novo marco previu *“implementar um programa que possibilite o desenvolvimento de ações de sensibilização, formação, disponibilização de instrumentos e divulgação de experiências de governo aberto, pactuadas por meio de Termo de Compromisso a ser firmado entre municípios interessados e a CGU”*.

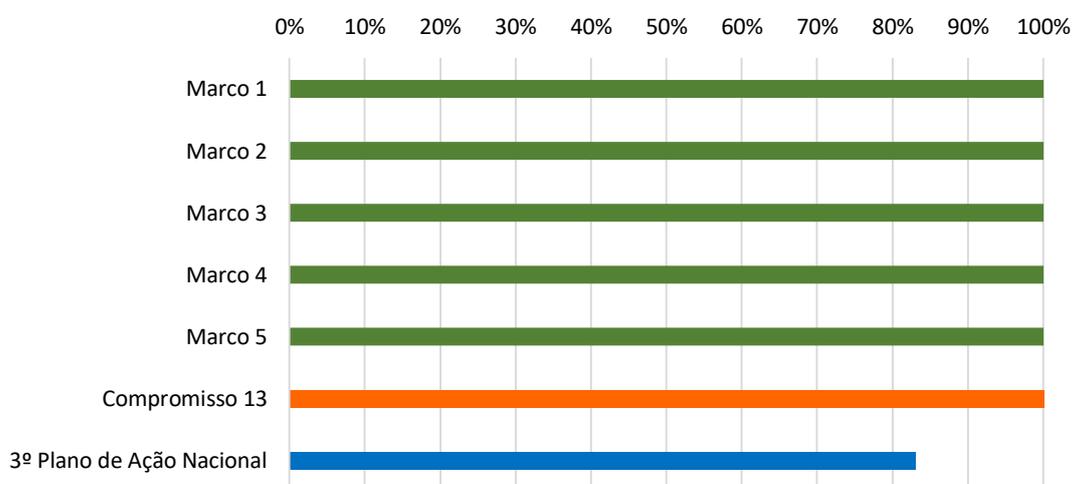
Destaca-se que o programa que responde a esse desafio foi denominado *“Pacto pela Transparência, Integridade e Participação”* e já foi iniciado, como projeto-piloto, em 11 municípios, a saber: Teotônio Vilela-AL, Cidade Ocidental-DF, Soterama-ES, Trindade-GO, Conde-PB, Surubim-PE, Curitiba-PR, Londrina-PR, Niterói-RJ, Guarulhos-SP, Navegantes-SC.

Diante da experiência vivenciada, destacam-se as palavras do Coordenador do Compromisso: “...a necessidade maior nos municípios é de informação sobre o que é governo aberto e o que essa política pode proporcionar para o controle social. Assim, o projeto-piloto que está sendo desenhado levará essa informação para a sociedade local, com capacitação para os servidores públicos do município, sociedade civil e para o público acadêmico. Dessa forma, (...) estaremos contribuindo para a formação local de um ambiente propício à implementação e utilização das ferramentas de transparência, dados abertos e controle social já existentes”.

Para mais informações sobre o compromisso 12, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/subnacionais/inovacao>

Compromisso 13 – Transparência e Inovação no Judiciário

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 13, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



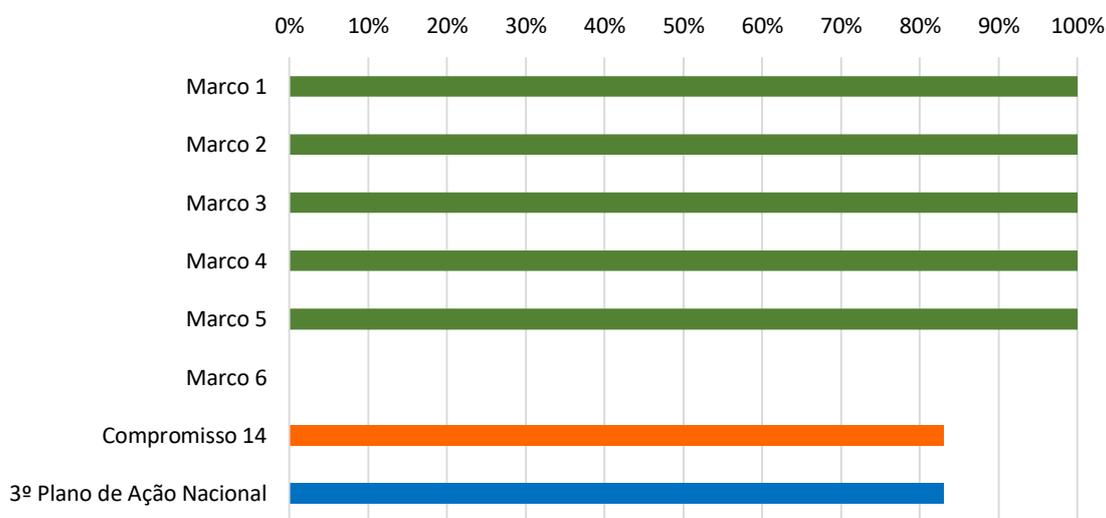
O compromisso 13 teve seus marcos executados plenamente bem antes do prazo previsto para finalização do 3º Plano de Ação Nacional. O período mais exíguo estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, órgão coordenador do compromisso, se devia, entre outras razões, à necessidade de finalização dos marcos em data anterior à realização das eleições, visto que os processos já seriam tramitados eletronicamente em todo o país.

Assim, nas palavras da Coordenadora do Compromisso: *“O grande legado deste monumental trabalho será uma Justiça Eleitoral moderna e ainda mais célere na sua atuação, dentro de um contexto nacional de busca do aprimoramento da relação Estado/cidadão, em que o objetivo maior é o bem-estar social, um Estado mais presente e acessível a seus cidadãos. Essa nova Justiça Eleitoral deixará sua marca e sua contribuição na construção de uma democracia cada vez mais forte e de um Estado cada vez mais moderno.”*

Para mais informações sobre o compromisso 13, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/transparencia-judiciario/Dados-Abertos>

Compromisso 14 – Participação Social no Ciclo de Planejamento do Governo Federal

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 14, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



O compromisso 14 alcançou um nível de execução da ordem de 83%. As entregas propostas foram feitas conforme o cronograma estabelecido, restando apenas o cumprimento do marco 6, o qual prevê a realização do II Encontro do Fórum Interconselhos. Cabe destacar, porém, que, infelizmente, o referido marco não poderá ser realizado em 2018. O impedimento decorre não somente das restrições do período

eleitoral, mas também da necessidade de realizar um fórum no início de 2019, como parte do ciclo de elaboração do PPA 2020-2023.

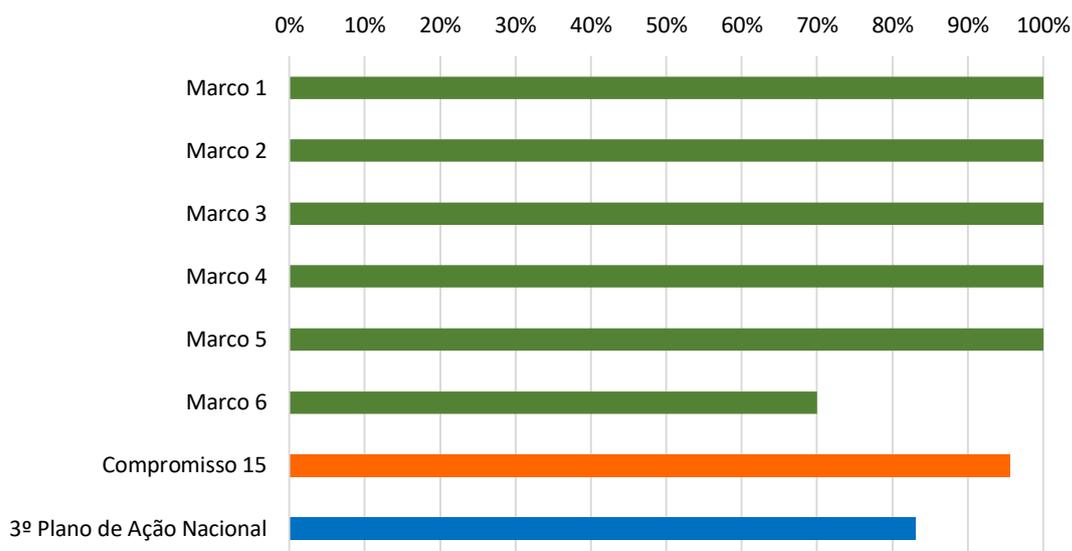
Neste sentido, os resultados do compromisso serão alcançados, mas fora do período contemplado no calendário de execução do 3º Plano de Ação Nacional.

Nas palavras do Coordenador do Compromisso: *“A participação social tem sido importante método de governo no Brasil. Nesse sentido, tem sido fomentada tanto para aumentar a responsabilização do Estado, quanto para aumentar a eficiência de suas ações, a partir do aumento da transparência de seus atos para a sociedade. (...) A ideia principal do Monitoramento Participativo Tempestivo é aprofundar as relações entre Estado e sociedade na implementação das políticas públicas, possibilitando que a sociedade possa intervir de forma mais direta e tempestiva nas ações de execução das políticas. O processo de execução do Compromisso 14 é intensivo em sensibilização e interação com diversos atores.”*

Para mais informações sobre o compromisso 14, acesse: http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/copy_of_participacao/Ciclo%20planejamento

Compromisso 15 – Dados Abertos e Transparência Ativa em Meio Ambiente

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 15, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



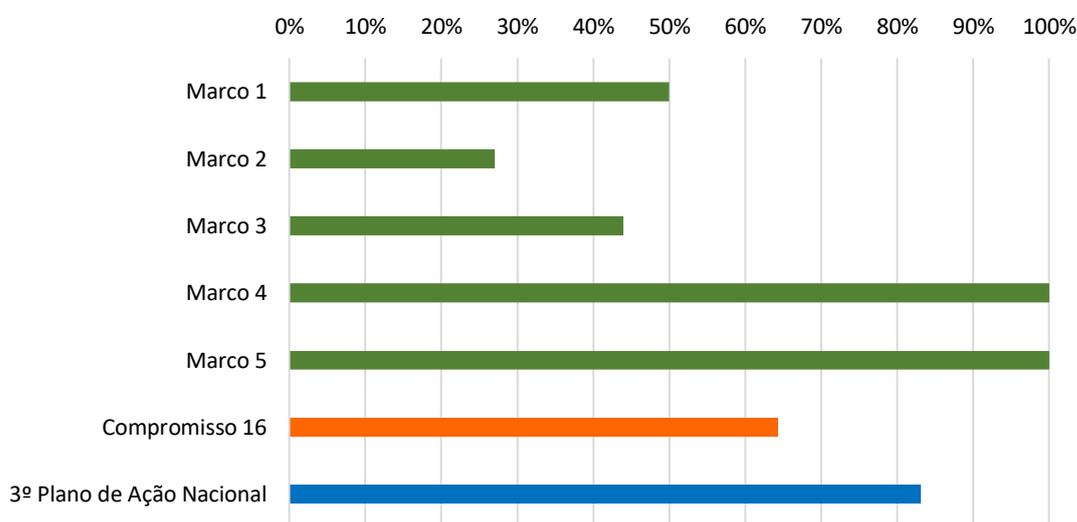
O compromisso 15, que teve o objetivo de fortalecer a cultura da transparência e aperfeiçoar os processos e as práticas de integração, disseminação e compartilhamento de informações, na busca da melhoria dos canais de comunicação entre setores do governo e da sociedade, está próximo de sua conclusão, tendo alcançado 96% de execução. Dos 6 marcos previstos, 5 foram realizados integralmente, estando o último marco pendente em estágio avançado de desenvolvimento.

Nas palavras do Coordenador do Compromisso: *“O fortalecimento da cultura de transparência requer o aperfeiçoamento dos canais de comunicação, dos processos e das práticas comuns que compõem as ações institucionais dos órgãos por meio da adoção de padronização tecnológica. Com isso, tornarão mais ágeis os procedimentos de atendimento aos pedidos de acesso a informações e de disponibilização de bases de dados, em correspondência à evolução dos normativos legais estabelecidos. Espera-se, portanto, que as informações disponibilizadas pelo MMA e suas vinculadas (...) possam contribuir para a criação de uma nova dinâmica na disponibilização, integração e compartilhamento de dados e informações ao cidadão.”*

Para mais informações sobre o compromisso 15, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/meio-ambiente/meio%20ambiente>

Compromisso 16 – Mapeamento e Gestão Participativa para a Cultura

Apresenta-se, no gráfico abaixo, o desempenho do Compromisso 16, destacando-se a implementação de cada marco pactuado:



O compromisso 16 teve um desempenho da ordem de 64% de execução. Dos 5 marcos previstos, 2 foram concluídos, 2 estão em estágio intermediário de execução e 1 (marco 2) está em fase ainda inicial de desenvolvimento. Segundo o coordenador do compromisso, esse marco, que previa a realização de, no mínimo 200 ações, para capacitar os atores para produção, difusão, uso compartilhado de dados, informações e indicadores de forma colaborativa, foi alcançado parcialmente, apesar dos esforços dos parceiros responsáveis por sua execução.

Nas palavras do Coordenador do Compromisso: *“...(as ações do compromisso) representam o esforço do Ministério da Cultura em oferecer ao cidadão maior transparência sobre os resultados e os impactos de suas políticas, além de servir de plataforma colaborativa e de participação social para o desenho e implementação de políticas públicas de cultura mais eficientes.”*

Para mais informações sobre o compromisso 16, acesse: <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro/cultura/apresentacao>

IV – Outras ações de Governo Aberto

Embora não tenham sido contempladas como compromissos no 3º Plano de Ação Nacional, o Brasil implementou diversas outras iniciativas de governo aberto que impactaram sensivelmente a sociedade e o próprio Governo Federal, dentre as quais se destacam:

- Painel de monitoramento da Política de Dados Abertos, que permite acompanhar a evolução da Política e o andamento dos Planos de Dados Abertos dos órgãos públicos. É possível saber, com antecedência, quando uma base será aberta. <http://paineis.cgu.gov.br/dadosabertos/index.htm>
- Lançamento do Projetos de Recursos Externos (PREs), com dados sobre projetos relacionados ao meio ambiente que receberam recursos externos
- O lançamento do Painel de Obras do Governo Federal, que traz informações sobre milhares de obras realizadas com recursos públicos, em todo o país. (<http://paineldeobras.planejamento.gov.br/>)
- I Educathon: um evento de cocriação com especialistas do governo, professores, educadores e artistas do Instituto Maurício de Sousa, para produzir materiais educativos sobre ética e cidadania. <http://www.cgu.gov.br/noticias/2018/07/oficina-discute-conteudo-de-material-didatico-para-programa-sobre-etica-e-cidadania>
- Universalização do Programa Um por Todos e Todos por Um: o Ministério da Transparência, o Instituto Maurício de Sousa e a Serviço Nacional de Aprendizagem Rural da Confederação Nacional da Agricultura juntaram forças para criar uma versão digital do programa de ensino de ética e cidadania.
- O Brasil se ofereceu para sediar o Encontro da Rede Latino Americana de Governos Abertos e Inovadores da OCDE, em novembro de 2018.
- Produção, por organização da sociedade civil no GT de governo aberto (Imaflora), de vídeos sobre o tema. <https://www.youtube.com/user/Imaflora>

- Consulta pública, realizada pelo IBGE, sobre os dados a serem coletados no Censo Nacional. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20130-ibge-abre-consulta-publica-em-busca-de-censo-mais-democratico-em-2020>
- Aperfeiçoamento do Portal de Transparência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que agora oferece novas informações importantes. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia>
- Consulta pública sobre proteção de dados pessoais em saúde. <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2018/consulta-publica-protacao-de-dados-pessoais-em-saude>
- Realização de oficina “Inovação Aberta para Líderes de Governo Aberto”, <http://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/stpc-promove-oficina-de-inovacao-para-lideres-de-governo-aberto>
-

O Governo lançou ainda o novo Portal da Transparência que, embora estivesse fortemente relacionado ao compromisso 2, é a concretização de compromissos de planos anteriores.

O Novo Portal traz **nova navegação**, com ferramenta de busca integrada com todas as bases, visualização gráfica e tabelas interativas; **novas informações**, como as emendas parlamentares, acordos de leniência, licitações e contratos; oferece diversas **novas ferramentas**, como ferramentas de notificação sobre atos do governo, compartilhamento em redes sociais, geração de QR Codes, incorporação (*embedding*) de gráficos do Portal em qualquer site, ferramenta de ajuda em contexto, API de dados; e **outras novidades** como a área educativa e a Rede de Transparência, com um catálogo de informações e sistemas relevantes para o Controle Social.



V – Conclusão

Como já mencionado, o 3º Plano de Ação do Brasil foi desenvolvido sob uma nova perspectiva de colaboração entre governo e sociedade, sendo resultado de uma mudança metodológica significativa em relação aos planos anteriores.

Tal mudança foi iniciada com a implementação de um modelo compartilhado de tomada-de-decisões entre governo e sociedade civil, representados, respectivamente, pelo Comitê Interministerial Governo Aberto – CIGA – e pelo Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil. Trabalhando, num primeiro momento, em processos de definição metodológica e atividades operacionais, a interação entre governo e sociedade se ampliou durante a realização das 27 oficinas de cocriação do 3º Plano de Ação, que, como já mencionado em outras ocasiões, contaram com a participação de 105 pessoas, sendo 48 representantes da Administração Pública (dos níveis federal, estadual e municipal) e 57 representantes da sociedade civil, entre os quais se incluíram representantes da academia e do setor privado. A parceria permitiu a construção de compromissos mais dinâmicos e objetivos, cujos resultados foram apresentados neste Relatório Final de Autoavaliação.

Além disso, cabe destacar que, também durante a implementação do 3º Plano, foi iniciado um processo de monitoramento e avaliação mais sistemático e frequente, que potencializou os resultados dos compromissos e teve, sem dúvida, importante parcela de contribuição para o sucesso do Plano.

Avalia-se que, a despeito de algumas dificuldades, o desempenho dos 16 compromissos, foi bastante positivo. De forma geral, destaca-se que:

- 37,5% tiveram execução plena em menos de 24 meses (considerando-se, como prazo final o mês de dezembro de 2018);
- 31,25% tiveram execução acima de 80%, com previsão de execução plena até dezembro de 2018; e
- 25% tiveram execução entre 50% e 70%, não sendo prevista execução plena até dezembro de 2018.

O único compromisso que não alcançou 50% de execução foi o de número 8, relacionado à questão da transparência no sistema prisional. De toda forma, iniciativas relacionadas aos objetivos do compromisso começaram a avançar mais significativamente desde maio de 2018 e, já em agosto, evoluíram para ações mais concretas, contando com o envolvimento de outros órgãos e entidades interessados em viabilizar a implementação de um sistema informatizado e único de inspeção prisional. Informações detalhadas a respeito dos resultados estão apresentadas no Anexo deste documento, na ficha do compromisso.

Vale mencionar também que a relação da Equipe de Governo Aberto/CGU com os coordenadores de compromisso se deu de maneira próxima, sendo muito produtiva e eficaz ao longo de todo o período de vigência do Plano.

Da mesma forma, é necessário registrar o empenho dos diversos órgãos de governo, materializada na presença e na postura proativa de seus representantes em todas as reuniões realizadas e nos esforços para execução dos compromissos.

No tocante às dificuldades, pontua-se a desmobilização e o baixo engajamento de alguns atores (da sociedade civil e do governo) em alguns compromissos. Tal quadro, já registrado no Relatório Intermediário de Autoavaliação, se manteve praticamente inalterado até setembro de 2018, data de referência para a elaboração do presente Relatório Final.

Diante do exposto, só podemos esperar que o Plano que ora se encerra tenha permitido que o país avance, ainda que alguns passos, rumo a uma nova realidade, onde a transparência, a participação social, a prestação de contas e a responsabilização não sejam somente princípios inscritos em declarações de intenção, mas, e sobretudo, diretrizes adotadas em todas as práticas de trabalho da gestão pública.



VI – Anexo

Compromisso 1. Identificar e implementar mecanismo para reconhecer problemas solucionáveis ou mitigáveis a partir da oferta de dados pelo governo, que atenda expectativas de demandantes e ofertantes	
Órgão coordenador	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Renan Mendes Gaya Lopes dos Santos
Cargo - Departamento	Departamento de Governança de Dados e Informações
E-mail	renan.santos@planejamento.gov.br
Telefone	(61) 2020-2522
Atores Envolvidos	Governo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Câmara dos Deputados Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria de Governo
	Sociedade Civil Grupo Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (GPOPAI-USP), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) Open Knowledge Brasil Rede Nossa São Paulo W3C Brasil
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Falta de conexão entre oferta e demandas de dados
Objetivo Principal do Compromisso	Fomentar a disponibilização e o uso de dados fortalecendo a política de dados abertos
Breve descrição do compromisso	Realizar ações de comunicação voltadas para a mobilização e sensibilização da sociedade e aproveitar os canais institucionais para discussões, presenciais e virtuais, sobre o tema
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos
Relevância do compromisso	Identificação de vulnerabilidades da política de dados abertos
Ambição	Aumentar a participação do governo e da sociedade nas discussões sobre dados abertos, com vistas a garantir a conexão entre o que o cidadão busca e o que o governo oferece, considerando não somente dados, mas também ferramentas de tecnologia da informação e formas de disponibilização de informações adequadas
Situação (em 31/08/2018)	Executado parcialmente (71%): ações continuam em andamento para conclusão até dezembro de 2018
Descrição dos Resultados	De forma geral, considera-se que foram feitos avanços no alcance dos objetivos propostos no âmbito do

Compromisso 1. Identificar e implementar mecanismo para reconhecer problemas solucionáveis ou mitigáveis a partir da oferta de dados pelo governo, que atenda expectativas de demandantes e ofertantes

compromisso e que entregas concretas agregaram valor à política de dados abertos durante a implementação do 3º Plano de Ação Nacional. Houve, porém, dificuldades em conseguir patrocínio para ações que exigiam o aporte de recursos, embora esse fosse um risco identificado desde a sua discussão do compromisso e de seus marcos, e baixo grau de participação dos membros às reuniões de execução.

No tocante aos resultados, destacam-se:

- Análise dos [pedidos de acesso à informação registrados no sistema e-SIC do governo federal](#) e identificação dos principais temas sobre os quais foram solicitados dados pelo cidadão;
- Realização e [divulgação](#) de [enquete](#) (março/2017 a agosto/2017, com 593 contribuições) com utilizadores de dados;
- Elaboração e divulgação (jan/2018) do [relatório consolidado](#), considerando a análise dos pedidos de acesso à informação e os resultados da enquete, identificando os temas educação e saúde como prioritários;
- Realização de [oficina temática para o levantamento das necessidades de disponibilização e melhorias de dados](#), entre participantes da sociedade civil e gestores dos dados nos órgãos, para os temas identificados como mais solicitados - educação e saúde;
- Realização de Hackathon da Saúde - [Desafio de Dados](#) em 26 e 27 de novembro. O desafio proposto pelo Hackathon em Saúde gerou aplicativos móveis – em formato app ou game – para seis iniciativas institucionais: Rede Global de Bancos de Leite Humano; Monitoramento e controle de vetores; NBCAL; Circuito Saudável; Acesso Aberto e Museu da Vida;
- Tratativas iniciais com a organização da sociedade civil Transparência Brasil para a realização de um evento de análise dados da educação. Caso logre êxito, a realização do evento culminará no alcance do proposto no marco 9, embora fora do prazo de execução do compromisso.

Por fim, vale mencionar que, além dos marcos previstos para o compromisso, foi realizada a implementação, no Portal Brasileiro de Dados Abertos, em setembro de 2017, das seguintes funcionalidades, as quais também contribuem para o objetivo do compromisso:

Compromisso 1. Identificar e implementar mecanismo para reconhecer problemas solucionáveis ou mitigáveis a partir da oferta de dados pelo governo, que atenda expectativas de demandantes e ofertantes	
	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da área de eventos e concursos de promoção do uso de dados abertos; • Criação da área de aplicativos, visualizações, infográficos e outras soluções que usam dados abertos; e • Integração do portal com o sistema de ouvidorias do governo federal - e-Ouv.
Implementação até	Dezembro/2018

Compromisso 2. Elaborar matriz estratégica de ações em transparência, com ampla participação social, com vistas a promover melhor governança e garantir acesso e apropriação de dados e informações dos recursos públicos	
Órgão coordenador	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Otávio Moreira de Castro Neves
Cargo - Departamento	Diretor de Transparência e Controle
E-mail	otavio.neves@cgu.gov.br
Telefone	(61) 2020-6538
Atores Envolvidos	Governo <ul style="list-style-type: none"> Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Ministério da Fazenda Banco Central do Brasil Prefeitura de São Paulo
	Sociedade Civil <ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação Instituto de Estudos Socioeconômicos Observatório Social do Brasil Open Knowledge Transparência Brasil
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Entraves legais e culturais impedem o pleno acesso a dados e informações pela sociedade
Objetivo Principal do Compromisso	Aprimoramento de mecanismos de transparência ativa sobre recursos da Administração Pública Federal
Breve descrição do compromisso	Estabelecer maneiras de garantir que as informações divulgadas sejam apropriadas e qualificadas para uso pela sociedade, o que permitirá melhor entendimento e ampliará a participação social, tornando o acompanhamento mais efetivo
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Aumento da integridade pública Aumento da responsabilidade corporativa
Relevância do compromisso	A matriz estratégica assegurará mais efetividade na garantia de acesso e apropriação de dados e informações dos recursos públicos
Ambição	Ações unificadas do Governo Federal divulgadas e publicadas, com modelo de governança estruturado que promova apropriação dos dados e informações pela sociedade
Situação (em 31/08/2018)	Atrasado. O processo de discussão interna e de consulta pública para a reestruturação do Conselho de Transparência levou mais tempo do que o previsto. Como alguns marcos dependiam de reestruturação, o compromisso atrasou.
Descrição dos Resultados	<ul style="list-style-type: none"> • (Marco 1) o plano de mobilização foi implementando, com destaque para as seguintes entregas:

Compromisso 2. Elaborar matriz estratégica de ações em transparência, com ampla participação social, com vistas a promover melhor governança e garantir acesso e apropriação de dados e informações dos recursos públicos

- realização do evento Diálogos de Controle Social, no qual foram estabelecidas algumas ações de Transparência, a serem executadas pelas organizações participantes. Informações em <http://www.cgu.gov.br/noticias/2017/10/cgu-debate-controle-social-com-instituicoes-da-sociedade-civil>
- Evento de lançamento do Portal da Transparência, no qual foram capacitados jornalistas, organizações da sociedade civil e governos estaduais e municipais. <http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/2018/lancamento-do-novo-portal-da-transparencia/programacao>
- Criação do painel de monitoramento da Política de Dados Abertos, para acompanhamento da implementação dos Planos de Dados Abertos. <http://paineis.cgu.gov.br/dadosabertos/index.htm>
- Criação da nova Rede de Transparência, com um catálogo de informações e sistemas relevantes para a transparência pública. <http://transparencia.gov.br/redetransparencia>
- Foi divulgada a 3ª edição da Escala Brasil Transparente. <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>
- Capacitações para jornalistas, com apoio da Abraji. <http://congresso.abraji.org.br/>
- (Marco 2) a reestruturação do Conselho de Transparência foi aprovada na forma do Decreto 9.468 de 2018. O novo Conselho permite maior rotatividade para que mais organizações participem e da mais agilidade ao Conselho para que este seja mais ativo.
- (Marco 3) As iniciativas e sistemas levantados foram consolidadas na Rede de Transparência; os dados estão sendo alimentados no catálogo de dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos (Dados.gov.br) e, os que ainda não estão abertos, no Painel de Monitoramento da Política de Dados Abertos. Um novo Decreto de Interoperabilidade está em discussão, com novas regras para a melhor catalogação de dados. Um levantamento das iniciativas também foi feito como parte do Diálogos de Controle Social.
- (Marco 4 a 6) A formulação de uma matriz foi elaborada para as ações da CGU.
 - No eixo normatização, a CGU trabalha para a atualização do Decreto 8.777; para o aprimoramento das obrigações de transparência em estados e municípios; para a abertura de informações sobre renúncias fiscais; e para a abertura das notas fiscais eletrônicas.
 - No eixo ferramenta, foi lançado o Novo Portal da Transparência, sendo as principais novidades: visualização

Compromisso 2. Elaborar matriz estratégica de ações em transparência, com ampla participação social, com vistas a promover melhor governança e garantir acesso e apropriação de dados e informações dos recursos públicos

de dados, ferramenta de busca, tabelas interativas, área educativa, *crowdsourcing* de dados, compartilhamento em redes sociais, geração de QR codes, ferramenta de incorporação (*embed*) de dados, ferramenta de ajuda em contexto, dados de licitações e contratos, navegação responsiva, dados de emendas parlamentares e acordo de leniência, ferramentas de notificação, entre outras.

- Ainda no eixo ferramenta, está prevista a construção do e-SIC Nacional, para apoiar a implementação da LAI em estados e municípios.
- Além disso, foi lançado o Painel de Obras do Governo Federal. <http://paineldeobras.planejamento.gov.br/>
- No eixo capacitação, foram feitas diversas capacitações presenciais para organizações da sociedade civil, estados e municípios, jornalistas e hackers cívicos. Novas capacitações estão previstas para os próximos anos, tanto presenciais como em EaD.
- O eixo monitoramento da matriz, teve a conclusão de uma avaliação completa da transparências dos ministérios. Agências e empresas estão previstas para 2019. No âmbito da LAI, o acompanhamento das omissões levou para menos de 0,2% o percentual de omissões em respostas de pedidos de informação. Além disso, foi feita uma nova pesquisa para a Escala Brasil Transparente.
- A cobrança para a criação dos Planos de Dados Abertos, seguindo critérios rigorosos, ampliou em mais de 50% o número de Planos feitos.
- No eixo comunicação, o destaque será a publicidade dos resultados da edição da Escala Brasil Transparente, que desta vez também avalia a transparência ativa dos estados e municípios, e busca boas práticas, além de obrigações legais.
- No eixo formação de redes, destaque para o trabalho feito com o Diálogos de Controle Social, que terá nova edição em 2019; e para a reestruturação do Conselho de Transparência.
- No eixo suporte à medidas, a principal iniciativa foi a realização do piloto do projeto Pacto, no qual município recebem apoio da CGU para a implementação para medidas de transparência, integridade e participação social. Em 2019, o programa será ampliado, saindo do piloto para uma versão mais abrangente.

Essa Matriz, porém, não conclui o Marco que previa a validação pelo novo Conselho de Transparência, o qual se reunirá pela primeira vez, no dia 12/12/2018.

Compromisso 2. Elaborar matriz estratégica de ações em transparência, com ampla participação social, com vistas a promover melhor governança e garantir acesso e apropriação de dados e informações dos recursos públicos	
	<ul style="list-style-type: none"> • Os principais impactos do compromisso são: <ul style="list-style-type: none"> ○ Aumento da Transparência, com mais informações disponíveis no Portal da Transparência (ex: acordo de leniência, contratos, licitações, emendas parlamentares); ○ Mais instrumentos para o Controle Social: está mais fácil acompanhar obras (ex: painel de obras); políticas públicas (ex: Portal da Transparência manda e-mail com novos empenhos dos programas de governo); ferramentas de compartilhamento levam conteúdos para redes sociais, colocam em QR Code e permitem levar gráficos do Portal para qualquer site. ○ Conselho da Transparência reformulado para um formato que permite que este seja mais inclusivo e mais ativo; ○ Fortalecimento de uma rede de atores de Controle Social e a criação de novos canais de comunicação entre governo e OSCs (ex: grupos de whatsapp) ○ Redução das omissões na LAI (< 0,2%) ○ Aumento da oferta de dados, por meio dos Planos de Dados Abertos (crescimento > 50% desde o lançamento do Painel).
Implementação até	Dezembro/2018

Compromisso 3. Ampliar mecanismos para garantir mais celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação e divulgação adequada do rol de documentos classificados	
Órgão coordenador	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Marcelo de Brito Vidal
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência
E-mail	marcelo.vidal@cgu.gov.br
Telefone	(61) 2020-6538
Atores Envolvidos	Governo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Comissão Mista de Reavaliação de Informações Ministério da Justiça e Segurança Pública Câmara dos Deputados Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
	Sociedade Civil Artigo 19 Fundação Getúlio Vargas Transparência Internacional Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo Francisco Leali
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Morosidade nas respostas das solicitações de informação e divulgação inadequada do rol de documentos classificados
Objetivo Principal do Compromisso	Promover o direito de acesso à informação previsto na LAI, reduzindo as barreiras ao acesso e melhorando a qualidade das respostas
Breve descrição do compromisso	O compromisso busca deixar mais transparente o rol de informações classificadas pelos órgãos, bem como estabelecer diretrizes de metodologia para avaliação qualitativa das respostas dos órgãos na prestação do serviço de acesso à informação
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos
Relevância do compromisso	Aperfeiçoar questões relativas ao serviço de acesso à informação pública prestado pelos órgãos do Governo Federal, de forma a contribuir para o avanço rumo à cultura de transparência no serviço público
Ambição	Melhorar a qualidade das respostas, uso adequado das exceções e divulgação do assunto no rol de informações classificadas
Situação (em 31/08/2018)	Executado dentro do prazo
Descrição dos Resultados	Após os dois anos de execução do Compromisso 3, os resultados pretendidos foram alcançados e os avanços na política pública de acesso à informação pública são significativos.

Compromisso 3. Ampliar mecanismos para garantir mais celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação e divulgação adequada do rol de documentos classificados	
	<p>O Guia sobre Publicação de Informações Classificadas e Desclassificadas, elaborado e disponibilizado pela CGU para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, foi alterado para a inclusão do assunto de que trata o documento presente no rol de informações classificadas dos órgãos. A publicação e entrada em vigor da Lei nº 13.460/2017 – Código de Defesa do Usuário do Serviço Público – equacionou a questão do limite temporal para que fossem prestados os esclarecimentos adicionais, em sede de recursos de pedidos de informação. Além disso, foram avaliadas a qualidade de atendimento à Lei de Acesso à Informação por 23 ministérios – pela CGU – e a conformidade do rol de informações classificadas/desclassificadas publicado pelos mesmos órgãos em sua página oficial – pela sociedade civil.</p> <p>Avalia-se que, em decorrência dessas ações, a cultura da transparência se consolidou ainda mais, resultando em ganho qualitativo tanto no que diz respeito ao atendimento da transparência passiva, ativa e disponibilização de dados abertos.</p> <p>Levando em conta os resultados alcançados, a CGU pretende manter as avaliações qualitativas de atendimento à LAI em seu processo de monitoramento, estendendo-o para os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.</p>
Implementação até	Agosto/2018

Compromisso 4. Proteger a identidade de solicitantes, em casos justificáveis, por meio de ajustes nos procedimentos e canais de solicitação	
Órgão coordenador	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Marcelo de Brito Vidal
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência
E-mail	marcelo.vidal@cgu.gov.br
Telefone	(61) 2020-6538
Atores Envolvidos	Governo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Comissão Mista de Reavaliação de Informações Ministério da Justiça e Segurança Pública Câmara dos Deputados Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
	Sociedade Civil Artigo 19 Fundação Getúlio Vargas Transparência Internacional Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo Francisco Leali
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Todos os pedidos de acesso à informação são enviados aos órgãos responsáveis pelas demandas com detalhada identificação pessoal dos solicitantes, o que tem gerado, em algumas circunstâncias, constrangimentos e avaliações subjetivas dos pedidos de informação
Objetivo Principal do Compromisso	Promover o direito de acesso à informação previsto na LAI, reduzindo as barreiras ao acesso e melhorando a qualidade das respostas
Breve descrição do compromisso	Contribuir para a proteção do solicitante de acesso à informação nos eventuais riscos de que recebam tratamento diferenciado quando suas identidades forem reveladas
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos
Relevância do compromisso	Criar mecanismos e aperfeiçoar os mecanismos existentes de avaliação e monitoramento de transparência
Ambição	Priorizar a redução de barreiras ao acesso à informação e garantir a implementação da Lei nº 12.527/2011 de forma plena
Situação (em 31/08/2018)	Em andamento
Descrição dos Resultados	Apesar de, durante as primeiras consultas acerca da proteção da identidade do solicitante de informação, os pareceres e análises terem sido contrários, a publicação da Lei nº 13.460/2017 – Código de Defesa do Usuário do Serviço Público – surgiu como uma alternativa para

Compromisso 4. Proteger a identidade de solicitantes, em casos justificáveis, por meio de ajustes nos procedimentos e canais de solicitação	
	<p>equacionamento da questão. A Lei, que entrou em vigor em junho/2018, amparou legalmente a alteração do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) para que, nos casos em que o solicitante pretenda embasar manifestações de ouvidoria ou denúncias, possa optar por ter sua identidade preservada e apenas o gestor do sistema (CGU) tenha acesso aos seus dados. Com base na legislação, a Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção – STPC/CGU, inseriu a atualização do sistema e-SIC no plano interno de tecnologia e já começou o processo de alteração do e-SIC.</p> <p>Quanto aos desafios, o maior deles foi compatibilizar o atendimento da LAI – que determina a apresentação de nome e documento válido para o requerimento de informação – à proteção da identidade do solicitante, o que foi possível após a entrada em vigor da Lei nº 13.460/2018.</p>
Implementação até	Agosto/2018

Compromisso 5 - Integrar ferramentas online em uma plataforma única para consolidar e fortalecer o Sistema de Participação Social	
Órgão coordenador	Secretaria de Governo da Presidência da República
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Telma Tanno
Cargo - Departamento	Coordenadora-Geral de Participação Social na Gestão Pública
E-mail	telma.tanno@presidencia.gov.br
Telefone	(61) 3411-3128
Atores Envolvidos	Governo Secretaria de Governo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
	Sociedade Civil
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de promover o uso de tecnologias digitais livres e ferramentas de transparência, integradas aos mecanismos de participação social
Objetivo Principal do Compromisso	Desenvolver estratégias que efetivem a transformação da participação social em ações de governo concretas, transparentes e focadas nas necessidades dos cidadãos em seus territórios, e disseminar e multiplicar a adesão aos mecanismos digitais de participação social pelos governos locais
Breve descrição do compromisso	Disseminar o uso de ferramentas de transparência e de tecnologias digitais livres, principalmente no âmbito local, e desenvolver estratégias que promovam a transformação da participação social em ações de governo concretas e focadas nas necessidades dos cidadãos
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Gestão mais efetiva dos recursos públicos
Relevância do compromisso	Definir maneiras de implementar iniciativas que permitam a evolução do atual modelo de participação social
Ambição	Consolidação e fortalecimento da participação social no Sistema de Participação Social
Situação (em 31/08/2018)	Em andamento
Descrição dos Resultados	Criação e lançamento, em 23/05/2018, de página que consolida os links dos mecanismos de consulta pública pesquisados de ministérios e agências reguladoras: o

Compromisso 5 - Integrar ferramentas online em uma plataforma única para consolidar e fortalecer o Sistema de Participação Social	
	<p>acesso à página é realizado por meio dos sites que possuem a nova Identidade Padrão Digital do Governo (IDG), no caso www.brasil.gov.br, www.mdh.gov.br, www.servicos.gov.br e www.planalto.gov.br, pela opção “Participe” e foi desenvolvida em parceria com a Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretária-geral da Presidência da República/SECOM.</p> <p>Uma nova página, que substituirá a lançada em 23/05/2018, e que contém os links dos mecanismos de consulta pública e audiência pesquisados junto aos ministérios e agências reguladoras e Ouvidoria, foi entregue no dia 29/08/2018 e está disponível no link http://www.brasil.gov.br/participacao-social. Tão logo o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão atualize os sistemas, as páginas do governo com a nova IDG será acessada pela opção “Participe”.</p> <p>Considerando essa entrega, entende-se que o compromisso esteja substancialmente executado, uma vez que as ações atenderam ao proposto de agrupar os mecanismos virtuais de participação social mapeados em uma página única e com um portal de entrada padrão.</p> <p>Além disso, está em desenvolvimento, devendo ser entregue até 30/12/2018, um portal de participação social que, além de agregar os links dos mecanismos de participação social por meio virtual, oferecerá funcionalidades como consulta pública e agenda de eventos de participação social, iniciativa que, inclusive, extrapola o objetivo inicial do compromisso. O projeto pretende oferecer diversas funcionalidades e se tornar um portal de referência para participação social futuramente. O projeto e o design da plataforma serão apresentados ainda em agosto para representantes da sociedade e governo.</p> <p>Por fim, vale destacar que não houve participação dos parceiros da sociedade civil originalmente previstos na execução do compromisso. A falta de engajamento foi observada já durante a realização da 2ª oficina de cocriação, em 2016. A solução encontrada pela coordenação do compromisso foi buscar o envolvimento de parceiros ocasionais, que atuaram pontualmente na implementação dos marcos.</p>
Implementação até	Dezembro/2018

Compromisso 6. Estabelecer novo modelo de avaliação, aquisição, fomento e distribuição de Recursos Educacionais Digitais - RED - no contexto da cultura digital	
Órgão coordenador	Ministério da Educação
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Marlúcia Amaral
Cargo - Departamento	Coordenadora-Geral de Mídias e Conteúdos Digitais
E-mail	marluciaamaral@mec.gov.br
Telefone	(61) 2022-9490
Atores Envolvidos	Governo Ministério da Educação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Secretaria de Educação do Ceará Secretaria de Educação do Acre
	Sociedade Civil Ação Educativa Centro de Inovação para Educação Brasileira (CIEB) EducaDigital Veduca Instituto Natura
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de haver maior estrutura para os RED
Objetivo Principal do Compromisso	Incorporar na política educacional o potencial da cultura digital, de modo a fomentar a autonomia para uso, reuso e adaptação de recursos educacionais digitais, valorizando a pluralidade e a diversidade da educação brasileira
Breve descrição do compromisso	Mobilização nacional para criação de uma rede para gerar proposições de parâmetros de avaliação e processo de curadoria descentralizada de RED
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Gestão mais efetiva dos recursos públicos Melhoria dos Serviços Públicos
Relevância do compromisso	Utilizar os RED de forma dinâmica e objetiva, valorizando a pluralidade e a diversidade da educação brasileira
Ambição	Vencer as dificuldades relacionadas à falta de infraestrutura, formação de professores, produção de conteúdos e recursos digitais para estabelecer um novo modelo de avaliação, aquisição, fomento e distribuição de RED
Situação (em 31/08/2018)	Em andamento
Descrição dos resultados	A avaliação do desempenho do compromisso é bastante positiva. A partir do início de sua execução, percebeu-se que estabelecer um novo modelo de RED somente teria efeitos práticos se o Ministério da Educação – MEC – estabelecesse condições necessárias para que as redes de

Compromisso 6. Estabelecer novo modelo de avaliação, aquisição, fomento e distribuição de Recursos Educacionais Digitais - RED - no contexto da cultura digital

ensino pudessem usar os recursos educacionais digitais para melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Diante disso, o MEC instituiu o programa de Inovação Educação Conectada. O Programa tem o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade, por via terrestre e por satélite, além de fomentar o uso de tecnologia digital na Educação Básica. Ter conectividade nas escolas é oferecer condições para uso, reuso e adaptação de recursos educacionais digitais, valorizando a pluralidade e a diversidade da educação brasileira

Entre os principais resultados e avanços decorrentes da execução do compromisso destacam-se:

- Implementação do Programa de Inovação Educação Conectada, instituído pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017.
- Instituição do Comitê Consultivo do Programa de Inovação Educação Conectada, pela portaria nº 834 08/2018, com representação de instituições públicas e privadas especializadas na área de tecnologia.
- Desenvolvimento de repositório nacional – a Plataforma de Recursos Educacionais Digitais – que reúne, em um só lugar, inúmeros recursos educacionais digitais dos principais portais, como o Portal do Professor, a TV Escola, o Portal Domínio Público, o Banco Internacional de Objetos Educacionais, além de materiais de outros parceiros.
- Construção de um banco de curadores para fazer a curadorias dos RED do repositório.
- Construção de curso de avaliação baseado em evidências.
- Desenvolvimento de sistema de avaliação de tecnologia proprietária baseada em evidências.
- Desenvolvimento de ambiente colaborativo de aprendizagem (AVA MEC) que possibilita a profissionais da rede de educação e articuladores encontrarem uma série de cursos de formação.
- Construção de banco de avaliadores para realizar as avaliações das tecnologias.
- Publicação da Portaria MEC nº 451/2018 e formação continuada da equipe SEB/MEC REA recursos educacionais abertos.
- Contratação de consultoria especializada para desenvolvimento de normativos para atendimento à Portaria MEC nº 451/2018.
- Contratação da Fundação Getúlio Vargas – FGV – para construção dos indicadores de monitoramento de todo o programa.

Compromisso 6. Estabelecer novo modelo de avaliação, aquisição, fomento e distribuição de Recursos Educacionais Digitais - RED - no contexto da cultura digital	
	<p>No tocante a obstáculos encontrados no processo de execução do compromisso, o principal desafio foi transformar o tema em uma política pública. Para superá-lo, o apoio dos gestores do MEC e de parceiros que apoiaram a implementação do programa foi essencial. Ao planejar as ações do compromisso, percebeu-se que, sem uma infraestrutura adequada, os marcos não alcançariam os resultados esperados, sendo, então, necessário alterar os processos e estruturar as condições das escolas para o uso de tecnologias.</p> <p>Segundo a Coordenação do Compromisso, o fator financeiro também foi outro grande desafio. Desenvolver sistemas, formar articuladores, construir cursos de formação, entre outras ações, exigiram trabalho de equipe, muita articulação e investimento em pesquisas.</p> <p>Além disso, é importante destacar que, de forma geral, o compromisso ainda prevê o avanço em algumas ações. Há, por exemplo, 5 universidades desenvolvendo pesquisas para melhorar os sistemas, 6 mil servidores públicos implementando o programa de educação conectada, 200 avaliadores formados e 70 tecnologias avaliadas e qualificadas pelo MEC.</p> <p>Cabe mencionar também que o Programa de Inovação Educação Conectada do MEC foi elaborado com quatro dimensões (visão, formação, recursos educacionais digitais e infraestrutura) que se complementam e devem estar em equilíbrio para que o uso de tecnologia digital tenha efeito positivo na educação.</p> <p>Por fim, ressalta-se que não foi possível a conclusão do compromisso no tempo previsto em virtude de seu redimensionamento. Neste sentido, é importante esclarecer que os marcos foram ampliados para atender a necessidade de implantação de um programa de educação voltado para o uso de tecnologia, sendo necessário ainda implementar o Programa de Inovação Educação Conectada para executar todos os marcos e atender a educação básica. Foi necessário fazer também outras ações como, normatização, acordo de parcerias, reuniões com estados e municípios e transferências de recursos para desenvolvimentos de sistemas, o que demandou tempo.</p>
Implementação até	Dezembro/2018

Compromisso 7. Disponibilizar respostas aos pedidos de acesso à informação dos últimos quatro anos em plataforma de transparência ativa e ampliar o número de indicadores da Sala de Apoio à Gestão Estratégica – SAGE, com monitoramento da sociedade civil	
Órgão coordenador	Ministério da Saúde (MS)
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Marcelo Henrique de Mello
Cargo - Departamento	Diretor do DEMAS/SE/MS
E-mail	marcelo.mello@saude.gov.br
Telefone	(61) 3315-3511
Atores Envolvidos	Governo Ministério da Saúde Ministério Público Federal Fundação Oswaldo Cruz Companhia de Planejamento do Distrito Federal Secretaria Municipal de Saúde do Amazonas
	Sociedade Civil Associação Brasileira de Saúde Coletiva Universidade Federal de Minas Gerais Universidade de Brasília Artigo 19 Centro Brasileiro de Estudos em Saúde Instituto de Estudos Socioeconômicos
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Maior transparência ativa em dados de saúde
Objetivo Principal do Compromisso	Ampliar a disponibilização de dados abertos continuamente para a sociedade de forma a atender os princípios de governo aberto e demandas sociais
Breve descrição do compromisso	Ampliar e aprimorar de forma contínua os dados abertos em saúde
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Aumento da integridade pública
Relevância do compromisso	Impacto direto no reconhecimento de problemas solucionáveis ou mitigáveis em saúde, a partir da oferta ativa de dados pelo governo
Ambição	Ampliar os números de indicadores e informações voltados à gestão e à geração de conhecimentos referentes à Saúde
Situação (em 31/08/2018)	Em andamento
Descrição dos resultados	O Ministério da Saúde – MS – ocupa, no Governo Federal, um lugar de destaque, quando considerado seu imenso acervo de dados e informações. Em março de 2012, foi instituída a Sala de Apoio à Gestão Estratégica (Sage) – www.saude.gov.br/sage , que integra informações estratégicas provenientes de todos os órgãos e entidades vinculadas ao MS, possibilitando projeções, inferências setoriais e análises situacionais de saúde, e contribuindo para a transparência de ações desenvolvidas na área da saúde. O objetivo do compromisso 7 é ampliar e aprimorar,

Compromisso 7. Disponibilizar respostas aos pedidos de acesso à informação dos últimos quatro anos em plataforma de transparência ativa e ampliar o número de indicadores da Sala de Apoio à Gestão Estratégica – SAGE, com monitoramento da sociedade civil

de forma contínua, os dados abertos em saúde, o que exige esforço para melhoria da coleta, da validação e da disseminação de dados, além do desenvolvimento de tecnologias adequadas. Neste sentido, nos últimos 2 anos, sentiu-se a necessidade de evolução da SAGE e, em virtude disso, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT), em 22 de junho de 2017, por meio da [Resolução nº 19](#), aprovou a Estratégia e-Saúde para o Brasil – digiSUS. O documento da estratégia propõe uma visão de e-Saúde e descreve mecanismos contributivos para sua incorporação ao SUS. Com o objetivo de aumentar a qualidade e ampliar o acesso à atenção, a implementação desta estratégia se traduz em projetos e ações inseridos na abordagem digiSUS, que, por meio de um resgate histórico de conceitos e experiências estruturados nacional e internacionalmente, buscam agilizar o atendimento e melhorar o fluxo de informações para apoio à decisão em Saúde. Nesse contexto, desenvolveu-se uma nova plataforma tecnológica denominada digiSUS Gestor, disponível no endereço:

<http://digisus.saude.gov.br/gestor>

A nova plataforma de disseminação de informações estratégicas em saúde, paulatinamente, consolidará o conteúdo da SAGE com o Mapa da Saúde, reunindo, em um único local, dados e informações estratégicas em saúde para utilização pela comunidade acadêmica, por gestores das três esferas de governo e pelo cidadão, aprimorando, assim, os mecanismos de transparência, prestação de contas e participação social.

Os marcos definidos no âmbito do Compromisso 7 alavancaram esforços e deram novo impulso às atividades que já vinham sendo desenvolvidas no âmbito do SUS. Segundo a Coordenação do Compromisso, a *Open Government Partnership* constituiu importante parceria para a consecução de objetivos estratégicos para a saúde no país. Além disso, o MS, como órgão coordenador do compromisso, ressaltou a atuação dos parceiros de governo e da sociedade civil responsáveis pela implementação do compromisso. Segundo o Ministério, o trabalho colaborativo representou o somatório de esforços na busca para aprimorar mecanismos de transparência das informações, abertura de dados e criação de uma nova dinâmica na disponibilização, integração e compartilhamento de dados e informações ao cidadão.

Quanto aos resultados, cabe destacar:

Compromisso 7. Disponibilizar respostas aos pedidos de acesso à informação dos últimos quatro anos em plataforma de transparência ativa e ampliar o número de indicadores da Sala de Apoio à Gestão Estratégica – SAGE, com monitoramento da sociedade civil

- ✓ Nova plataforma digiSUS Gestor de transparência ativa.
- ✓ Desenvolvimento de plataforma para recuperação de informação e análise de dados para a Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão.
- ✓ Realização do 1º Desafio de Dados em Saúde (datathon) - <https://desafiodedados.com.br/>.
- ✓ Termo de Execução Descentralizada firmado com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – (TED nº 79/2017), que tem como um de seus objetivos o apoio ao MS na elaboração do 2º PDA/MS e da avaliação dos dados do e-SIC 2012-2015.
- ✓ Realização de eventos de divulgação de dados e informações em saúde e de sensibilização para abertura de dados em saúde.

Vale mencionar que a realização do 1º Desafio de Dados em Saúde é desdobramento da implementação do compromisso. O Datathon é uma ação que não estava contemplada no escopo dos marcos definidos, contudo foi uma atividade bastante bem-sucedida na utilização e divulgação dos dados em saúde. Cerca de 574 pessoas de todo país registraram participação no Desafio, sendo 201 inscrições individuais e 373 distribuídas em 128 equipes.

Durante sua implementação, o compromisso enfrentou alguns desafios, os quais estavam relacionados ao esforço para promover a participação social no processo de abertura dos dados, a interação entre as áreas técnicas do MS e a sensibilização para a necessidade de abertura dos dados em saúde e a alta rotatividade do corpo técnico e dos gestores no MS, o que dificultou o acompanhamento, a celeridade e a continuidade das ações.

Ressalte-se, porém, que, mesmo num cenário de limitações financeiras e escassez de recursos humanos, houve grande interesse por parte da coordenação do compromisso de não só acolher demandas apresentadas pela sociedade civil, mas também aprimorar mecanismos de integração e divulgação de informações relacionadas à saúde. É indispensável ressaltar que as informações do Sistema Único de Saúde (SUS) são derivadas de um universo muito amplo, com abrangência Federal, Estadual e Municipal, além de compreender uma grande rede de temas transversais, que estão distribuídos em vários sistemas e subsistemas, de maneira que os desafios são grandes para consolidar e integrar todas as ações implementadas.

Compromisso 7. Disponibilizar respostas aos pedidos de acesso à informação dos últimos quatro anos em plataforma de transparência ativa e ampliar o número de indicadores da Sala de Apoio à Gestão Estratégica – SAGE, com monitoramento da sociedade civil	
	<p>O fortalecimento da cultura de transparência requer o aperfeiçoamento dos canais de comunicação, dos processos e das práticas comuns que compõem as ações institucionais dos órgãos por meio da adoção de padronização tecnológica. Espera-se que os trabalhos em execução na saúde e suas vinculadas até o final do compromisso possam contribuir para a criação de uma nova dinâmica de disponibilização, integração e compartilhamento de dados e informações ao cidadão.</p> <p>Avalia-se que os avanços e desafios originados por meio da implementação dos marcos estabelecidos no compromisso 7 poderão, com o empenho de todas as instituições envolvidas, orientar e otimizar o planejamento e o monitoramento das políticas públicas de transparência e de dados abertos, permitindo que a sociedade acompanhe e fiscalize as ações, as decisões e o desempenho do Governo.</p>
Implementação até	Dezembro/2018

Compromisso 8. Implementar um sistema informatizado, único e de formato aberto de inspeção prisional, garantindo a participação da sociedade civil na sua construção e gestão	
Órgão coordenador	Ministério da Justiça e Segurança Pública
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Maria Gabriela Viana Peixoto
Cargo - Departamento	Ouvidora-Geral DEPEN
E-mail	gabriela.peixoto@mj.gov.br
Telefone	(61) 2025-3181
Atores Envolvidos	Governo Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério dos Direitos Humanos Conselho Nacional de Justiça Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo
	Sociedade Civil Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura Universidade de Brasília Pastoral Carcerária Associação de Juízes pela Democracia Associação para Prevenção da Tortura
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de qualificar canais permanentes de participação social, além de estruturar coleta, gestão e organização de dados e informações sobre insumos, documentos, contratos e serviços penais do Sistema Penitenciário Brasileiro
Objetivo Principal do Compromisso	Aprimorar mecanismos de transparência, acesso a informação e prestação de contas no sistema prisional brasileiro por meio de ações articuladas em transparência, acesso a informação e outras políticas de governo aberto
Breve descrição do compromisso	Promover a melhoria dos trabalhos de coleta, gestão e organização de dados e informações sobre o sistema penitenciário brasileiro, a fim de se viabilizarem subsídios de qualidade para a efetiva participação social
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Aumento da integridade pública Gestão mais efetiva dos recursos públicos Aumento da responsabilidade corporativa
Relevância do compromisso	Assegurar o acesso público a informações que protejam direitos fundamentais
Ambição	Disponibilização de base de dados nacional gerada a partir de inspeções realizadas por diversos atores no sistema prisional
Situação (em 31/08/2018)	Atrasado
Descrição dos Resultados	Foi publicado, em 11/09/2017, o Edital de Chamamento Público nº 01/2017, do Departamento Penitenciário Nacional, visando a seleção de Organização da Sociedade Civil para celebração de termo de colaboração voltado à

Compromisso 8. Implementar um sistema informatizado, único e de formato aberto de inspeção prisional, garantindo a participação da sociedade civil na sua construção e gestão

execução de projeto de aperfeiçoamento de metodologias de inspeção em unidades prisionais. O projeto teve por objetivos/metasp: (i) contribuição com a execução do Compromisso 8 do 3º Plano de Ação Brasileiro na Open Government Partnership (Parceria para Governo Aberto); (ii) apoio à realização de consulta pública sobre os campos de formulário padronizado de inspeções prisionais, inclusive quanto à mobilização de atores relevantes e análise dos resultados obtidos; (iii) mapeamento e desenvolvimento de melhorias em sistema informatizado, considerando as necessidades de gestão de cadastro e de relatórios de inspeção, bem como de ferramentas de transparência e painéis de controle; (iv) realização de ações voltadas à capacitação de instituições quanto à realização de inspeções prisionais, considerando, inclusive, o uso de sistema informatizado; e (v) elaboração de recomendações para o aperfeiçoamento de metodologias de inspeção prisional, considerando a pluralidade de atores envolvidos e a articulação com organizações da sociedade civil. Neste sentido, a parceria com a OSC que seria selecionada no âmbito do chamamento público passou a figurar como estratégia central para a execução do Compromisso 8. A despeito do prazo generoso estabelecido em edital para apresentação de projetos, o chamamento se encerrou sem o recebimento de propostas. O DEPEN decidiu prorrogar o prazo, o que foi feito duas vezes, sem que surgissem propostas.

Diante desse cenário, a coordenação do compromisso decidiu recuperar a ordem de execução originalmente definida nos marcos e iniciou, junto com a APT, um trabalho para mapeamento de atores do governo e da sociedade civil que pudessem ter interesse em instituir um fórum de discussão acerca das inspeções prisionais, buscando pensar indicadores de verificação e fiscalização que fossem comuns, bem como a formatação de um banco de relatórios de inspeção. Dando sequência à estratégia de trabalho adotada, foi realizada, em 8 de maio de 2018, uma primeira reunião com os referidos atores para discutir as metodologias de inspeção prisional, bem como tratar da viabilidade de instituir o fórum. O objetivo, em resumo, era colocar em discussão a metodologia adotada pelos atores para a atividade de fiscalização e inspeção prisional, bem como os indicadores catalogados a partir das visitas. As instituições que manifestaram interesse em compor o fórum, num primeiro momento, foram as seguintes:

Compromisso 8. Implementar um sistema informatizado, único e de formato aberto de inspeção prisional, garantindo a participação da sociedade civil na sua construção e gestão	
	<p>DEPEN/MESP, APT, Open Knowledge Foundation, CNMP, MDH e MPF. Em 29 de agosto, foi realizada mais uma reunião do grupo, à semelhança da que havia ocorrida em maio, ambas articuladas pela CGU. Em setembro, por fim, aconteceu a reunião mais recente para tratar do assunto. Na ocasião, avançou-se na proposta apresentada pelo CNMP de disponibilizar sua estrutura de TI para abrigar o futuro sistema. De acordo com a agenda, há previsão de outra reunião para o início de outubro.</p> <p>O histórico apresentado mostra que, apesar de estar atrasado em sua implementação, há boas perspectivas de que o compromisso se viabilize. Assim, ainda que executado fora do período de vigência do 3º Plano de Ação Nacional, os resultados tendem a ser promissores.</p> <p>Como dificuldade, ressalta-se a desmobilização de diversos atores que compunham o grupo de responsáveis pela execução do compromisso.</p>
Implementação até	Dezembro/2018

Compromisso 9. Consolidar uma rede aberta no setor público de forma colaborativa e transparente com a sociedade	
Órgão coordenador	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Luanna Roncaratti
Cargo - Departamento	Gerente de Projetos
E-mail	Luanna.roncaratti@planejamento.gov.br
Telefone	(61) 2020-8695
Atores Envolvidos	Governo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Escola Nacional de Administração Pública Tribunal de Contas da União Conselho da Justiça Federal Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados Ministério da Saúde Agência Nacional de Vigilância Sanitária
	Sociedade Civil Fundação Getúlio Vargas/DAPP Ceweb.br Agenda Pública Wenovate Bruna Santos Universidade de São Paulo/COLAB
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de ampliar as práticas de inovação aberta no setor público com engajamento de múltiplos atores com transparência efetiva
Objetivo Principal do Compromisso	Criar e promover, de forma colaborativa, ferramentas e métodos inovadores para gestão pública e prestação de serviços públicos do Governo Federal
Breve descrição do compromisso	Fortalecimento das iniciativas de inovação aberta no setor público por meio da consolidação de uma rede que abra espaço para o trabalho colaborativo e transparente entre governo e sociedade
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Aumento da integridade pública Gestão mais efetiva dos recursos públicos
Relevância do compromisso	Promover o avanço do processo de inovação no setor público, integrando a atuação do governo e da sociedade
Ambição	Servidores, órgãos públicos e sociedade mais engajados e comprometidos com processos de inovação no setor público. Serviços, produtos, processos e políticas públicas construídos de forma colaborativa
Situação (em 31/08/2018)	Executado dentro do prazo
Descrição dos Resultados	A importância da inovação para que o setor público possa responder, com agilidade e eficiência, às demandas da sociedade é amplamente reconhecida atualmente. Os

Compromisso 9. Consolidar uma rede aberta no setor público de forma colaborativa e transparente com a sociedade

governos são cada vez mais demandados a oferecer melhores resultados à sociedade ao mesmo tempo em que devem gerir uma complexa gama de questões sociais, econômicas e ambientais. Muitas práticas e processos tradicionais não estão adequados a um ecossistema cada vez mais acelerado, interconectado e digital, no qual as expectativas dos cidadãos sobre o papel e a capacidade de resposta do governo mudaram.

Nesse contexto, vários países contam com redes atuando para promover a inovação no setor público, com foco no fortalecimento de uma cultura de inovação dentro do governo, no estabelecimento de parcerias entre os diversos setores da sociedade, no fomento a estratégias de colaboração entre organizações e no estímulo ao aprendizado e ao intercâmbio de experiências.

Em 2016, por meio da assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, representando o Poder Executivo, o Tribunal de Contas da União, representando o Poder Legislativo e o Conselho da Justiça Federal, representando o Poder Judiciário, foi formalizada a criação da Rede de Inovação no Setor Público - InovaGov. Os primeiros efeitos positivos da formalização foram o aumento da visibilidade e do patrocínio às equipes técnicas dos órgãos envolvidos.

Em fevereiro de 2017, foi publicado o regulamento da InovaGov, contendo as diretrizes básicas de funcionamento. A partir da consolidação da Rede entre os órgãos públicos federais, os membros dedicaram-se ao desafio de abri-la para novos atores dos setores privado, acadêmico e da sociedade civil. Em maio daquele ano, foi realizado o evento “Inovação Aberta”, no qual representantes da sociedade foram convidados a colaborar. Os principais objetivos do “Inovação Aberta”, que contou com a presença de aproximadamente 400 pessoas de diversos setores, foram: apresentar a InovaGov como o ambiente de transformação do Governo, onde os diversos setores podem propor e colaborar com projetos inovadores que tenham impacto positivo para o cidadão; estimular a adesão de novos atores à Rede, principalmente do setor privado, sociedade civil e academia; e viabilizar parcerias para o fomento da inovação no setor público.

Em outubro de 2017, foi realizada, em Brasília, a *3ª Semana de Inovação: Transformação Digital*, tendo sido lançada

Compromisso 9. Consolidar uma rede aberta no setor público de forma colaborativa e transparente com a sociedade

oficialmente a Plataforma de Inovação para uso dos membros da InovaGov (www.inova.gov.br).

Em março de 2018, realizou-se o encontro de planejamento da InovaGov, momento em que foi elaborado, conjuntamente, e aprovado o Manifesto da Rede InovaGov. Além disso, foi possível discutir as prioridades da Rede e os projetos que seriam desenvolvidos colaborativamente pelos membros da InovaGov neste ano. Em junho, foi realizado mais um encontro, o “Bola na Rede”, desta vez com gestores de serviços do governo federal e a Rede para conversar sobre os serviços públicos no Brasil e o que poderia ser feito para melhorar a experiência dos cidadãos. Houve mesa-redonda, debate e mini oficinas.

Além disso, ao longo desses dois anos de existência da InovaGov, destacam-se os seguintes projetos desenvolvidos: (a) desenvolvimento de ferramentas metodológicas adaptadas à realidade brasileira para auxiliar servidores públicos na busca de soluções inovadoras, voltadas às necessidades dos cidadãos; (b) publicação do livro “Inovação no Setor Público: teoria, tendências e casos de sucesso no Brasil”, reunindo relatos acerca de inovações conduzidas em diversas instituições públicas; (c) plataforma de colaboração (<http://nova.gov.br/>), com diversas funcionalidades (blog, projetos, biblioteca, eventos, fóruns de discussão, etc.); (d) produção e distribuição de revista eletrônica quinzenal contendo avanços da Rede e outras referências nacionais e internacionais sobre o tema da inovação no setor público; e (e) realização de reuniões, encontros, workshops e eventos (dentre eles, edições da Semana de Inovação em Gestão Pública).

O número de adesões à rede InovaGov continua crescente. Em agosto de 2018, ela contava com 94 organizações, sendo 64 instituições públicas e um grupo em expansão dos setores privado, acadêmico e do terceiro setor (os atores não governamentais hoje respondem por cerca de 32% da rede). Possui ainda um grupo ativo de *whatsapp* com 257 participantes, mais de 1.000 assinantes da Revista quinzenal e mais de 2.000 seguidores no seu perfil do *Twitter*.

Percebe-se que ainda há desafios a vencer, como, por exemplo, reforçar a divulgação da Rede e reafirmar sua importância, engajar membros, estimular a adesão do terceiro setor e do setor privado, dentre outros, porém, em

Compromisso 9. Consolidar uma rede aberta no setor público de forma colaborativa e transparente com a sociedade	
	<p>grande medida, a InovaGov tem oferecido aos diversos atores a oportunidade de interagirem, colaborarem e aprenderem a partir de suas experiências e de buscarem soluções conjuntas para desafios e problemas compartilhados.</p> <p>Ademais, a Rede InovaGov tem papel importante na consolidação da Plataforma de Cidadania Digital, instituída em dezembro de 2016 pelo Decreto 8.936. O site http://www.planejamento.gov.br/cidadaniadigital dispõe o Kit de Transformação de Serviços Públicos, conjunto de ferramentas e métodos acessíveis às instituições. Com o objetivo de auxiliar a transformação digital de serviços, foram desenvolvidos projetos com membros da InovaGov para incluir abordagens inovadoras e a perspectiva do usuário no desenho ou revisão de serviços públicos, em apoio ao processo de transformação digital dessas iniciativas.</p> <p>Diante desse contexto, é possível afirmar que os processos relativos ao compromisso 9 avançaram de forma satisfatória, com a expansão das ações realizadas e a conclusão de todas as atividades originalmente previstas.</p>
Implementação até	Agosto/2018

Compromisso 10. Realizar inventário dos serviços do Poder Executivo Federal e implementar avaliação por meio de mecanismos de satisfação, priorizando serviços para melhoria	
Órgão coordenador	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Joelson Vellozo Junior
Cargo - Departamento	Diretor
E-mail	joelson.vellozo@planejamento.gov.br
Telefone	(61) 2020-1360
Atores Envolvidos	Governo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União Agência Nacional de Telecomunicações Secretaria de Governo Ministério da Justiça e Segurança Pública Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
	Sociedade Civil Instituto de Defesa do Consumidor MariaLab Reclame Aqui Proteste Microsoft
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de aumentar a responsividade e qualidade na prestação de serviços públicos com articulação dos órgãos e colaboração da sociedade civil, em especial dos usuários de serviços.
Objetivo Principal do Compromisso	Desenvolvimento de métodos e instrumentos para a identificação e a avaliação dos serviços públicos pelos seus usuários, estimulando os cidadãos a participarem da simplificação e da melhoria dos serviços públicos no governo federal
Breve descrição do compromisso	Encontrar mecanismos para aumentar a divulgação de informações sobre os serviços públicos e, em paralelo, desenvolver e aprimorar métodos e instrumentos de avaliação, promovendo a participação social de forma mais efetiva.
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Gestão mais efetiva dos recursos públicos Aumento da responsabilidade corporativa
Relevância do compromisso	Promover a melhoria e a avaliação dos serviços públicos
Ambição	Amplia a colaboração dos diversos atores, amplia acesso à informação e serviços, organiza base para análise do gestor e cria compromissos de melhoria
Situação (em 31/08/2018)	Em andamento
Descrição dos Resultados	Em relação à execução, avalia-se que o compromisso atingiu 94% dos seus resultados. Isso se deve ao fato de o projeto “Plataforma de Cidadania Digital”, criado pelo

Compromisso 10. Realizar inventário dos serviços do Poder Executivo Federal e implementar avaliação por meio de mecanismos de satisfação, priorizando serviços para melhoria

Decreto 8936/16, ter obtido alto grau de priorização e de articulação governamental. A iniciativa tornou possível não somente a catalogação dos serviços públicos federais em um único portal, mas também a disponibilização de ferramenta de avaliação para que cidadãos e empresas pudessem oferecer feedback da prestação realizada. As informações foram incluídas no Portal pelo próprio Ministério do Planejamento, uma vez que o órgão realizou o Censo de Serviços Públicos Federais Pela primeira vez, tem-se, no Governo Federal, um Portal único de serviços com mais de 1.700 serviços catalogados, sendo que, aproximadamente, 40% deles podem ser requisitados digitalmente. Também pela primeira vez no nesta esfera, chegou-se a um modelo de avaliação de serviços cujo escopo se restringe às fases pré (informação) e pós (consumo). Tanto a avaliação do pré-serviço (informação) quanto a do pós-serviço (consumo) estão disponíveis, mas apenas a do pré-serviço é pública num primeiro momento. Isso ocorre porque, no caso da divulgação da pesquisa de satisfação pós-serviço, ainda não há quantidade suficiente de avaliações para compor o índice de qualidade que informará o ranking de serviços.

A realização de levantamento e análise de requisitos de funcionalidade para implantação de mecanismos de avaliação no Portal de Serviços apoiou a construção dos módulos (ferramentas) de avaliação de serviços e, em 15 de janeiro de 2018, foi lançado o Painel de Monitoramento do Portal. Os indicadores e dados apresentados são “consumíveis” por API por qualquer entidade, pública ou privada, que tenha interesse na informação. Organizações interessadas podem, inclusive, consultar e extrair dados. Para o lançamento do novo Portal e divulgação do conteúdo de serviços disponíveis, foram realizadas campanhas em redes sociais e outros meios de comunicação.

Por fim, a Base Nacional de Serviços está construída e passará a ser alimentada com os dados de serviços, estando vários deles já disponíveis.

É importante destacar que o principal desafio de um projeto desta natureza é conseguir o engajamento dos órgãos, uma vez que eles são muito receosos em relação à possível perda de espaço individual em detrimento de soluções centralizadas e padronizadas. Em relação a isso, um aprendizado relevante destacado pela coordenação do compromisso foi o de desenvolver soluções (ferramentas e

Compromisso 10. Realizar inventário dos serviços do Poder Executivo Federal e implementar avaliação por meio de mecanismos de satisfação, priorizando serviços para melhoria	
	<p>metodologias) focadas no órgão público usuário com clara explicitação dos benefícios da adoção por parte deles, destacando vantagens econômicas e de produtividade.</p> <p>Para além dos marcos previstos para o compromisso, o grande legado da ação e do projeto da Plataforma de Cidadania Digital foi colocar em discussão a aplicação do princípio de que o maior especialista em serviços públicos é o usuário. Com isso, gestores de serviços passaram a ter, com muito mais frequência, disponibilidade para “conversar” com seu usuário de serviços, seja por meio do uso de metodologias de design thinking, seja por meio das ferramentas de avaliação.</p>
Implementação até	Dezembro/2018

Compromisso 11. Criar e difundir repositório para institucionalização de Parlamento Aberto contendo normas, ferramentas, capacitações, guias e práticas	
Órgão coordenador	Câmara dos Deputados
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Cristiano Ferri Soares de Faria
Cargo - Departamento	Gestor de projetos de inovação do Laboratório Hacker
E-mail	cristiano.faria@camara.leg.br
Telefone	(61) 3216-6005
Atores Envolvidos	Governo Câmara dos Deputados Senado Federal Interlegis Câmara Municipal de São Paulo Assembleia Legislativa de Minas Gerais
	Sociedade Civil Transparência Internacional Labhacker São Paulo Instituto de Fiscalização e Controle Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar Instituto de Estudos Socioeconômicos
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de promover a institucionalização de uma política de parlamento aberto que viabilize o engajamento da sociedade, dos parlamentares e de servidores
Objetivo Principal do Compromisso	Aprimorar a abertura transparente e participativa de casas legislativas, por meio da soma de esforços de diferentes atores na busca de soluções inovadoras e abertas
Breve descrição do compromisso	Mapeamento de ferramentas e boas práticas para integração e divulgação de tecnologias e conteúdos
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Aumento da integridade pública Criação de comunidades mais seguras
Relevância do compromisso	Relevante para fomentar governo aberto no Parlamento
Ambição	Somar esforços de diferentes atores (parlamentares, servidores e sociedade civil) para a fomentar ações de governo aberto nos parlamentos
Situação (em 31/08/2018)	Executado dentro do prazo
Descrição dos Resultados	Considerando que todos os marcos do compromisso foram plenamente executados, avalia-se que os resultados do compromisso foram alcançados com êxito. Como principais resultados, ressalta-se a confecção do Guia de Parlamento Aberto, que pode ser acessado no endereço: http://www.parlamentoaberto.leg.br/biblioteca/Guia_Parlamento_aberto.pdf/view (marco 2) e a implantação do Portal Parlamento Aberto, disponível no endereço

Compromisso 11. Criar e difundir repositório para institucionalização de Parlamento Aberto contendo normas, ferramentas, capacitações, guias e práticas

<http://www.parlamentoaberto.leg.br> (marco 3), que se consubstanciaram como pilares iniciais do conjunto de instrumentos facilitadores para a evolução da institucionalização do Parlamento Aberto nas casas legislativas de todo o País. Nesse contexto, o guia e o portal expõem boas práticas de Parlamento Aberto, em âmbito nacional e internacional, que podem ser também executadas pelas demais casas legislativas nos estados e municípios brasileiros, mesmo quando se consideram os diferentes níveis de infra-estrutura física e tecnológica, de recursos humanos e financeiros nos diversos contextos parlamentares. Cabe ressaltar que o guia e o portal foram construídos de forma colaborativa e a proposta é de que assim continuem, com vista a permitir que recebam permanentemente novos conteúdos das casas legislativas e dos cidadãos, evoluindo para um conjunto crescente e diversificado de ações de Parlamento Aberto.

O principal desafio nos dois anos de execução do compromisso foi manter o envolvimento dos colaboradores. A maior participação ocorreu por meio dos representantes do setor público, sobretudo da Câmara dos Deputados (LabHacker), Senado (Interlegis) e Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Não obstante essa concentração de trabalho em poucos representantes, o grupo acima realizou consultas públicas em torno dos produtos resultantes da consecução dos marcos, com o objetivo de imprimir diversidade e representatividade ao compromisso. Com esse espírito de democratizar a construção dos produtos, as validações do guia e do portal, por exemplo, foram efetivadas por meio de eventos públicos oficiais (Encontro Brasileiro de Governo Aberto, em novembro de 2017, e XXII Conferência da União Nacional dos Legislativos Estaduais, em maio de 2018). Segundo a coordenação do compromisso, para futuras ações, seria recomendável se pensar em uma estratégia sistêmica, que mantenha a participação constante dos participantes do compromisso, sobretudo dos representantes da sociedade, na qualidade de principais interlocutores dos cidadãos, destinatários das ações de parlamento aberto que são.

Como um dos principais desdobramentos do compromisso, cita-se a inclusão da plataforma de participação social, e-Democracia (<http://www.edemocracia.leg.br>) entre as ferramentas oferecidas na carteira de produtos do programa Interlegis do Senado Federal (bônus adicionado

Compromisso 11. Criar e difundir repositório para institucionalização de Parlamento Aberto contendo normas, ferramentas, capacitações, guias e práticas	
	<p>ao marco 3). Desenvolvido pela Câmara dos Deputados desde 2009, o e-Democracia apresenta-se agora consolidado, aberto e preparado para ser utilizado por outras casas legislativas. Elas podem, por exemplo, alterar o código-fonte e implantar suas próprias plataformas de participação, hospedando-as no ambiente Interlegis. Com efeito, as casas podem adaptar o e-Democracia de acordo com as necessidades e possibilidades inerentes aos seus respectivos contextos legislativos. Para isso, podem contar com guias para administração, utilização e capacitação das ferramentas disponibilizadas via internet (http://www.edemocracia.leg.br). Em 2018, houve a primeira instalação do e-Democracia por uma casa legislativa sub-nacional, a Câmara Legislativa do Distrito Federal (http://www.edemocracia.cl.df.leg.br), que se beneficiou dessa sistemática de democratização de ferramentas de Parlamento Aberto. Finalmente, como avaliação das contribuições da OGP para a realização do compromisso, a coordenação do compromisso ressaltou a importante participação da CGU, que participou ativamente do acompanhamento das atividades, tanto por meio da execução dos marcos pelas equipes envolvidas, como também pela organização das reuniões dos coordenadores, mantendo a linha-mestra para o alcance dos resultados obtidos no Compromisso 11.</p>
Implementação até	Agosto/2018

Compromisso 12 - Implementar ações de fomento a governo aberto com o envolvimento da sociedade civil, considerando experiências já existentes em estados e municípios	
Órgão coordenador	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Adenísio Álvaro Oliveira de Souza
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social
E-mail	adenisio.souza@cgu.gov.br
Telefone	(61) 2020-6516
Atores Envolvidos	Governo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União Governo de Mato Grosso Governo do Distrito Federal Senado Federal/Interlegis Ministério das Comunicações Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Ministério Público Federal Prefeitura de São Paulo Secretaria de Governo da Presidência da República
	Sociedade Civil Agenda Pública Instituto de Fiscalização e Controle – IFC Meu Município Observatório Social de Brasília Rede pela Transparência e Participação Social – RETPS Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis Transparência Internacional
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de ampliar, no nível subnacional, a apropriação das ferramentas de governo aberto por parte das organizações da sociedade civil
Objetivo Principal do Compromisso	Ampliar o conhecimento dos atores estratégicos das instâncias governamentais subnacionais e das organizações da sociedade civil sobre ferramentas de governo aberto
Breve descrição do compromisso	Disseminar boas práticas em governo aberto já implementadas em estados e municípios e estimular o desenvolvimento colaborativo de instrumentos voltados ao fortalecimento da participação social
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Aumento da integridade pública Criação de comunidades mais seguras Aumento da responsabilidade corporativa
Relevância do compromisso	Relevante para fomentar políticas de governo aberto em governos subnacionais

Compromisso 12 - Implementar ações de fomento a governo aberto com o envolvimento da sociedade civil, considerando experiências já existentes em estados e municípios	
Ambição	Políticas concretas de governo aberto em governos subnacionais
Situação (em 31/08/2018)	Executado dentro do prazo
Descrição dos Resultados	<p>A execução do compromisso, durante o período previsto, resultou no fortalecimento do diálogo entre governo e sociedade civil em torno da temática governo aberto. Foi possível identificar iniciativas, trocar experiências e aprimorar o trabalho já desenvolvido. Observou-se também que o entendimento e a prática de governo aberto pelos entes subnacionais constituem um processo que demanda a efetivação de ações mais sistemáticas de formação e de apoio técnico, seja pela CGU, seja por organizações parceiras que têm reconhecidos trabalhos nesse campo.</p> <p>Tal sistematicidade requer a implementação de programas e ações que ultrapassam os limites do 3º Plano Nacional OGP. Algumas delas foram, inclusive, impulsionadas pela parceria OGP, a exemplo do encontro Diálogos para o Controle Social e o programa Pacto pela Transparência, Integridade e Participação (ainda em fase piloto).</p> <p>Os principais resultados, considerando-se os marcos previstos, são os seguintes:</p> <p>MARCO 1: <u>Levantamento de programas e experiências governamentais e não governamentais de promoção ao governo aberto</u> – O levantamento foi realizado por meio de um instrumental de pesquisa disponibilizado no sítio eletrônico da CGU, no período de 06 a 28 de abril de 2017. Foram recebidas 21 experiências e analisados os aspectos da simplicidade, viabilidade, replicabilidade e relevância da iniciativa para a sociedade. Colher essas informações possibilitou conhecer um pouco mais do cenário nacional no que tange à compreensão – pela sociedade civil e entes subnacionais – da temática governo aberto e ao desenvolvimento de projetos e ações relacionados ao tema. Algumas iniciativas não tratavam especificamente de governo aberto, então foram elencadas 5 que poderiam ser trabalhadas no Piloto, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Navegantes da informação: Direcionamento de dados prioritários do site para a prefeitura; - Programa Agentes Formadores de Governo Aberto: Capacitação (formação para a sociedade); - VCIVICAPP: Uso de ferramentas tecnológicas aproveitando dados de aplicativo;

Compromisso 12 - Implementar ações de fomento a governo aberto com o envolvimento da sociedade civil, considerando experiências já existentes em estados e municípios

- Programa Governo Aberto, Transparência e Integridade em São Sebastião: metodologia de plano de governo aberto;

- Rede INFO Aberta: Formação para servidores.

MARCO 2: Desenhar um conjunto de ações e ferramentas que contemplem todos os princípios de governo aberto com participação da sociedade – A partir da análise das iniciativas levantadas, verificou-se que focar nas que tratavam de processos de formação, tanto de servidores quanto de membros da sociedade civil organizada, seria a estratégia mais viável para atender à finalidade de construir o desenho das ações e ferramentas que contemplam todos os princípios de governo aberto com a participação da sociedade. A partir daí os trabalhos se voltaram à estruturação de uma proposta metodológica a ser utilizada num seminário (evento piloto). Este foi um exercício dialogado entre governo e sociedade civil e representou um aprendizado, no sentido de elaborar propostas metodológicas e propor alinhamentos que contemplassem a diversidade das realidades dos entes subnacionais.

MARCO 3: Aplicação de um Piloto com a participação da sociedade civil – A realização do seminário em Afogados da Ingazeira/PE se constituiu em evento piloto e objetivou alinhar entendimentos e trocar experiências sobre governo aberto. A experiência evidenciou a pouca apropriação, pelos participantes (governo e sociedade civil) da temática e das ferramentas de governo aberto. No entanto, o evento estabeleceu o desafio de repensar as estratégias para a consecução do compromisso. Ficou evidente que a “ampliação do conhecimento dos atores estratégicos das instâncias governamentais subnacionais e das organizações da sociedade civil sobre ferramentas de governo aberto” só poderia ocorrer se novas formas mobilização e de adesão dos municípios, além de processos formativos, se tornassem mais sistemáticos.

Com a finalização do marco 3, os atores envolvidos na execução do compromisso realizaram uma avaliação sobre as atividades desenvolvidas, considerando os aprendizados, identificando as dificuldades para o cumprimento dos marcos posteriores, e, ainda, as possíveis estratégias para o alcance dos objetivos do compromisso. Dois problemas se mostraram mais relevantes, a saber:

Problema 1: Dificuldade de implementação de ações por meio de termos de adesão pelos entes subnacionais – Após

Compromisso 12 - Implementar ações de fomento a governo aberto com o envolvimento da sociedade civil, considerando experiências já existentes em estados e municípios

a realização do evento piloto, ficou evidente a necessidade de se realizarem processos de formação no tema governo aberto destinados especificamente aos entes subnacionais. O ideal seria que tal formação não se restringisse a um evento breve, devendo expandir-se com o desenvolvimento de ações mais sistemáticas. Contudo, a ampliação desse escopo, no âmbito do compromisso, não se mostrou viável, visto que, além da limitação temporal, impunha-se a necessidade de alocação de recursos orçamentários e humanos destinados a esse fim.

Problema 2: Dificuldade de implementação de ações de sensibilização e capacitação sem as devidas contextualizações, no que tange ao reconhecimento das especificidades municipais e das dinâmicas e diversidade dos territórios – A experiência do Piloto evidenciou que a diferenciação dos públicos, a localização regional do município onde se realiza o evento, a necessidade de maior ou menor investimentos que possibilitem o acesso a serviços públicos, entre outros fatores, são determinantes para a elaboração de propostas metodológicas voltadas à sensibilização de gestores e da coletividade quanto ao tema.

Para superação dos problemas identificados, foram pensadas as seguintes estratégias:

(1) Construção de uma pactuação com os entes federados a partir da definição de compromissos mútuos. Neste modelo, a capacitação e outros tópicos técnicos atinentes ao processo de formação de servidores ou representantes de organizações da sociedade civil seriam disponibilizados pela CGU e entidades parceiras e a implementação de ferramentas de governo aberto, incluindo apoio ao funcionamento de conselhos e outras iniciativas de controle social, seriam de responsabilidade do município. A pactuação também garantiria os aportes técnicos e orçamentários – de ambas as partes – para o desenvolvimento das ações previstas.

(2) Construção de um programa em que a definição das ações locais seja realizada de forma participativa. Os compromissos e sua implementação devem ser pactuados de forma a atender às necessidades de formação e organização do ente subnacional.

O grupo envolvido na execução do compromisso avaliou, então, que seria necessário suprimir os marcos 5, 6 e 7, estabelecendo uma nova ação, que estivesse mais adequada às realidades dos municípios, das organizações

Compromisso 12 - Implementar ações de fomento a governo aberto com o envolvimento da sociedade civil, considerando experiências já existentes em estados e municípios	
	<p>parceiras, e ainda, às condições objetivas da CGU para o seguimento e finalização do 3º Plano. O novo marco seria o seguinte: <i>Implementar um programa que possibilite o desenvolvimento de ações de sensibilização, formação, disponibilização de instrumentos e divulgação de experiências de governo aberto, pactuadas por meio de Termo de Compromisso a ser firmado entre municípios interessados e a CGU.</i></p> <p>Destaca-se que o programa que responde a esse desafio, o <i>Pacto pela Transparência, Integridade e Participação</i>, já foi iniciado e está sendo implementado em 11 municípios-pilotos, quais sejam: Teotônio Vilela-AL, Cidade Ocidental-DF, Soterama-ES, Trindade-GO, Conde-PB, Surubim-PE, Curitiba-PR, Londrina-PR, Niterói-RJ, Guarulhos-SP, Navegantes-SC.</p> <p>Além dos marcos previstos no compromisso, vale destacar outros desdobramentos. Neste sentido, a CGU realizou, nos dias 09 e 10/10/2017, o evento <i>Diálogos para o Controle Social</i>, cujos objetivos eram o de elaborar diagnóstico da atuação de organizações e lideranças no controle social e fomentar o diálogo e as práticas colaborativas entre organizações. Mesmo não compondo o escopo do 3º Plano de Ação Nacional, o evento vai ao encontro do objetivo do compromisso 12 e foi construído na perspectiva de conhecer as diferentes experiências institucionais no campo do controle social, inovação, governo aberto etc.</p> <p>Pode-se afirmar que, com o acúmulo de conhecimentos advindo do evento diálogos e da implementação do programa Pacto, o compromisso 12 ganhou corpo e institucionalização.</p>
Implementação até	Dezembro/2018

Compromisso 13. Implantar Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral		
Órgão coordenador	Tribunal Superior Eleitoral	
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Simone Holanda Batalha	
Cargo - Departamento	Secretária Judiciária	
E-mail	simone.batalha@tse.jus.br	
Telefone	(61) 3030-7057	
Atores Envolvidos	Governo	Tribunal Superior Eleitoral Advocacia-Geral da União Defensoria Pública da União Procuradoria-Geral Eleitoral
	Sociedade Civil	Advogados Cidadãos
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Diversos problemas relacionados à tramitação de processos físicos tais como: <ul style="list-style-type: none"> • Morosidade na tramitação dos processos da Justiça Eleitoral, uma vez que a maior parte deles se encontra em meio físico; • Burocracia no trâmite processual; • Ausência de acesso simultâneo aos autos; • Problemas relativos à segurança, como a possibilidade de extravio. 	
Objetivo Principal do Compromisso	Implantar o Processo Judicial Eletrônico nos Tribunais Regionais Eleitorais no ano de 2017	
Breve descrição do compromisso	Implantar o Processo Judicial Eletrônico a partir de fevereiro em dois tribunais regionais por mês e em vinte e duas classes processuais no ano de 2017	
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Aumento da integridade pública	
Relevância do compromisso	Garantia da celeridade, transparência e segurança na tramitação dos processos judiciais e administrativos	
Ambição	Processo Judicial Eletrônico como sistema de automação do Poder Judiciário e como política pública	
Situação (em 31/08/2018)	100% de cumprimento. Meta atingida em NOV/2017	
Descrição dos Resultados	O resultado do compromisso é considerado excelente pelo TSE, pois alcançou os objetivos ainda em novembro de 2017, superando as expectativas iniciais da Justiça Eleitoral. O principal avanço decorrente da execução do compromisso foi a implantação do sistema, em todas as classes processuais, em todos os Tribunais Regionais Eleitorais no ano de 2017.	

Compromisso 13. Implantar Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral

Os principais desafios da Justiça Eleitoral na execução do cronograma de implantação foram:

- 1) Traçar um cronograma de implantação do sistema PJe nacionalmente, alinhado com outros dois cronogramas (entrega das plataformas Regionais e treinamentos dos usuários para a implantação).

Vale ressaltar que a dificuldade foi superada. A estratégia adotada para se atingir a meta previu, primeiramente, que o TSE fixasse, via Presidência do Tribunal, um cronograma nacional, o qual foi submetido aos Regionais para eventuais trocas de datas. Posteriormente, traçou-se o período dos demais cronogramas. Embora tenha havido, ao longo do caminho, alguns percalços (atrasos não previstos), o cronograma foi concluído na data prevista.

- 2) Escolher e treinar os multiplicadores de conhecimento nos Regionais.

Estratégia adotada: foi escolhida a Secretaria Judiciária de cada Tribunal Regional como multiplicadora de conhecimento dentro do respectivo Tribunal, uma vez que seria complicado para o TSE, como uma Assessoria do PJe, com sete servidores, ministrar treinamento a todas as áreas de cada Tribunal. O objetivo foi alcançado, mas alguns Regionais, segundo a coordenação do compromisso, ainda apresentam dificuldades no desempenho da tarefa.

- 3) Aquisição da certificação digital por todos os Tribunais Regionais para o ano de 2017.

Embora o objetivo tenha sido alcançado, foi necessária organização nas licitações ou adesões a ata de registros de preços já existentes.

- 4) Resistência dos usuários.

Em alguns momentos, foi necessária a intervenção do Presidente do TSE.

- 5) Orçamento.

O cronograma de implantação do sistema PJe, acompanhado e orientado pela OGP, carregou consigo a certeza de que a meta traçada e definida pela Justiça Eleitoral não foi apenas uma aventura sistêmica, mas refletiu todo o esforço do TSE na entrega de melhor e mais

Compromisso 13. Implantar Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral	
	célere prestação jurisdicional, tendo em vista a eleição de 2018, na qual os processos de registro de candidaturas tramitam todos eletronicamente no sistema PJe em todo País.
Implementação até	Agosto/2018

Compromisso 14. Ampliar a participação social no plano plurianual por meio do Fórum Interconselhos	
Órgão coordenador	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Rodrigo Ramiro
Cargo - Departamento	Coordenação-Geral de Planejamento
E-mail	rodrigo.ramiro@planejamento.gov.br
Telefone	(61) 2020-4508
Atores Envolvidos	Governo Ministério da Educação Secretaria de Governo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Ministério do Desenvolvimento Social
	Sociedade Civil Instituto de Estudos Socioeconômicos Rede Urbana de Ações Socioculturais Open Knowledge Brasil Rodas da Paz
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de ampliar a participação social e a qualidade de sua incidência na gestão do Plano Plurianual - PPA
Objetivo Principal do Compromisso	Aperfeiçoamento e consolidação dos métodos de participação social na formulação e na gestão do PPA
Breve descrição do compromisso	Monitoramento participativo do PPA, especialmente das agendas transversais e das metas e objetivos do desenvolvimento sustentáveis (ODS), com uso de ferramentas digitais
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Aumento da integridade pública Gestão mais efetiva dos recursos públicos Aumento da responsabilidade corporativa
Relevância do compromisso	Ampliar a participação social no monitoramento do PPA
Ambição	Maior participação social no processo de formulação e gestão do PPA
Situação (em 31/08/2018)	Em andamento, como acordado com a CGU as ações poderiam se estender até dezembro de 2018.
Descrição dos Resultados	A aprovação, pelos Conselhos Nacionais, da nova metodologia de Monitoramento Participativo Tempestivo comprova a forte demanda da sociedade civil por informações mais detalhadas sobre a implementação das Metas e Iniciativas do Plano Plurianual – PPA, além de suas relações com os ODS. Além disso, a metodologia foi bem recebida também pelos órgãos a que foi apresentada e tem contribuído para maior integração entre os órgãos e os Conselhos Nacionais. Cabe registrar também que as adaptações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP – para

Compromisso 14. Ampliar a participação social no plano plurianual por meio do Fórum Interconselhos

recepcionar as Agendas ODS e a criação do portal PPA Cidadão contribuíram não só para ampliar a disseminação de informações junto aos cidadãos, como também junto aos órgãos de governo.

O ponto alto do Compromisso 14 ocorreu em novembro de 2017, com a realização do Fórum Interconselhos, que contou com a presença de 150 representantes de diversos Conselhos Nacionais de políticas públicas, comissões e entidades de classe, os quais se reuniram para discutir e apresentar suas escolhas para o monitoramento tempestivo.

Além da realização do Fórum Interconselhos e do desenvolvimento do portal PPA Cidadão, os Conselhos Nacionais de Políticas Públicas fizeram uma seleção de metas e iniciativas para o monitoramento participativo tempestivo. Os Planos de Implementação Simplificados das Metas e/ou Iniciativas selecionadas ainda estão sendo pactuados entre os atores envolvidos.

Os principais resultados e avanços decorrentes de sua execução do compromisso são:

- 1) Aprimoramento da participação social no ciclo do PPA, por meio da realização do Fórum Interconselhos 2017 e a criação de nova metodologia de monitoramento participativo do PPA.
- 2) Desenvolvimento do portal PPA Cidadão para a tornar públicas as informações do PPA, organizadas por agendas transversais e agendas ODS.
- 3) Criação das Agendas ODS no SIOP e no PPA Cidadão.
- 4) Adaptações no SIOP, para que os órgãos de governo possam acompanhar o monitoramento das agendas transversais e agendas ODS.
- 5) Realização do Fórum Interconselhos 2017.
- 6) Pactuação dos Planos de implementação Simplificados.

Para além dos marcos estabelecidos, cabe destacar que o compromisso 14 foi intenso em articulação com os Conselhos Nacionais de Políticas Públicas, em um momento de dificuldades no funcionamento destas instâncias, e com os órgãos executores das políticas públicas. Este trabalho, realizado desde 2017, foi fundamental para ativar a participação dos Conselhos e sensibilizar os órgãos setoriais e levou mais tempo do que

Compromisso 14. Ampliar a participação social no plano plurianual por meio do Fórum Interconselhos	
	<p>o previsto originalmente. Assim, a pactuação dos Planos de Implementação Simplificados (PIS) ocorreu apenas a partir de agosto. A implementação dos PIS será executada até 2019, último ano de vigência do atual PPA e, mesmo fora do período de vigência do 3º Plano de Ação da OGP, as atividades que serão desenvolvidas foram motivadas pela execução do compromisso 14.</p> <p>Segundo a coordenação do compromisso, o marco 6, realização do Fórum Interconselhos 2018, deverá ser substituído por reuniões específicas entre os Conselhos Nacionais de Políticas Públicas que selecionaram metas e iniciativas para o monitoramento tempestivo e os órgãos responsáveis por sua implementação. O Fórum não poderá ocorrer devido à impossibilidade de realização de um evento com tal magnitude durante o período eleitoral. No 1º semestre de 2019, um Fórum Interconselhos necessariamente deverá ocorrer, tendo em vista a elaboração do novo PPA.</p> <p>Quanto a outros desdobramentos e legados do processo, destacam-se:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Fortalecimento do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, a partir da maior interação entre o MP, as Subsecretarias de Planejamento e Orçamento, os Órgãos/Secretarias finalísticas e os Conselhos Nacionais de Políticas Públicas 2) Maior integração entre os órgãos de governo e os Conselhos Nacionais, ampliando o monitoramento da sociedade civil em relação à implementação de políticas públicas. 3) Fortalecimento dos Conselhos Nacionais, de uma forma geral, e de suas instâncias que tratam, de forma específica, do acompanhamento das políticas públicas. 4) Participação de Conselhos de Políticas Transversais, que não tinham uma Agenda diretamente vinculada à sua temática. <p>Avalia-se, por fim, que o Fórum Interconselhos 2017 propiciou também a disseminação de informações sobre a Parceria para Governo Aberto – OGP e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como sobre Controle Interno e Controle Social.</p>
Implementação até	Dezembro/2018

Compromisso 15. Criar espaço de diálogo entre governo e sociedade para a geração e implementação de ações voltadas à transparência em meio ambiente	
Órgão coordenador	Ministério do Meio Ambiente
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Carlos Alberto Coury
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Gestão de Informações sobre Meio Ambiente – CGGI/DGE/SECEX
E-mail	carlos.coury@mma.gov.br
Telefone	(61) 2028-1605
Atores Envolvidos	Governo Ministério do Meio Ambiente - MMA Serviço Florestal Brasileiro - SFB Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE
	Sociedade Civil World Wild Fund - WWF Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura Imaflora Infoamazônia Imazon Observatório do Código Florestal
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Ampliar e aprimorar a transparência ativa na área de meio ambiente, com participação da sociedade civil, para disponibilidade de dados em formato, detalhamento e atualização adequados ao cidadão
Objetivo Principal do Compromisso	Fomentar a disponibilização de dados abertos e aprimorar os mecanismos de transparência ativa na área de Meio Ambiente, notadamente nas interfaces de Licenciamento Ambiental e Desmatamento e Conservação Florestal (fluxos madeira, guia de transporte animal, CAR - cadastro ambiental rural)
Breve descrição do compromisso	Avançar na construção de espaços para a interação entre os setores do governo e as organizações da sociedade que lidam com o tema de meio ambiente
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Aumento da integridade pública Gestão mais efetiva dos recursos públicos Aumento da responsabilidade corporativa
Relevância do compromisso	Relevante para integrar governo e sociedade e, assim, incrementar a qualidade dos dados disponibilizados na área de Meio Ambiente

Compromisso 15. Criar espaço de diálogo entre governo e sociedade para a geração e implementação de ações voltadas à transparência em meio ambiente	
Ambição	Ter disponibilizadas informações ambientais em maior quantidade e qualidade, considerando as obrigações legais, a demanda e a abertura de bases de dados
Situação (em 31/08/2018)	Em andamento
Descrição dos resultados	<p>Considerando as ações realizadas, avalia-se que houve significativo progresso no tocante ao objetivo do compromisso, uma vez que não só os representantes da sociedade civil apresentaram suas demandas e perspectivas para aprimorar os mecanismos de transparência e disponibilização de dados abertos, especificamente, na interação entre desmatamento, licenciamento e conservação ambiental, mas também o governo pôde mostrar o que está realizando para ampliar o acesso e a divulgação de suas informações, além de ter implementado ações construídas no âmbito do compromisso para a abertura de bases de dados ambientais.</p> <p>Neste sentido, os principais resultados e os avanços decorrentes da execução são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração dos planos de dados abertos do Ministério do Meio Ambiente e de suas Entidades Vinculadas. A abertura dos dados em formato aberto contribui para sistematizar, de forma prática e operacional, as informações ambientais, de modo a aprimorar os mecanismos de publicidade e transparência, possibilitando que os dados sejam apropriados para uso da sociedade em maior quantidade e qualidade. - Elaboração de documento-síntese apresentando iniciativas existentes para divulgação de informações ambientais, assim como mecanismos de transparência adotados para estruturação, integração e compartilhamento dos dados em processo de implementação em transparência e abertura de dados, atendendo as demandas da sociedade civil. - Realização de consulta/pesquisa pública pela sociedade civil sobre transparência ambiental e dados abertos, capturando as percepções e demandas sobre publicação de informações em cinco temas: (1) Unidades de Conservação; (2) Mudanças Climáticas e Combate ao desmatamento; (3) Exploração Florestal; (4) Concessões Florestais; (5) Regularização Ambiental; e, (6) Licenciamento. Esse trabalho resultou em propostas e demandas encaminhadas pela sociedade. - Realização do evento “Transparência Ativa e Dados Abertos em Meio Ambiente”, com a participação de

Compromisso 15. Criar espaço de diálogo entre governo e sociedade para a geração e implementação de ações voltadas à transparência em meio ambiente

representantes da sociedade civil e do governo para debater as propostas e as demandas de transparência ambiental e a abertura de dados encaminhadas pela Sociedade Civil, que resultaram na consolidação de informações e construção de ações conjuntas.

- Elaboração de relatório com execução de ações conjuntas definidas entre governo e sociedade civil.

Entende-se que o grande avanço em todo o processo de realização do compromisso 15 foi a abertura de um novo espaço de diálogo entre o Governo e a Sociedade Civil, de modo participativo e consistente, que possibilitou a troca de experiências e o desenvolvimento de uma nova cultura organizacional de disponibilização de informações por meio da implantação de processos de abertura de dados.

Ao longo da implementação do compromisso, percebeu-se que o Ministério do Meio Ambiente e suas Entidades Vinculadas têm trabalhado para atender a legislação vigente sobre transparência e abertura de dados e a Equipe de Governo Aberto da CGU compreende que as informações ambientais são derivadas de um universo muito amplo, com abrangência Federal/Estadual e Municipal, e integram uma grande rede de temas transversais, que estão distribuídos em vários sistemas e subsistemas, sendo, portanto, grande o desafio para consolidar e integrar todas as ações implementadas. Nessa perspectiva, o principal desafio daqui em diante será elaborar um portal único de disponibilização e divulgação integrada de todas as informações e dados ambientais, que possibilite ao cidadão acessar e cruzar os dados, assim como realizar visualizações consolidadas e dinâmicas.

Além dos marcos previstos para o compromisso, há outros desdobramentos e legados do processo. Assim, iniciativas estão sendo realizadas pelo governo para alinhar suas atividades, em especial, àquelas que viabilizem a integração e a disponibilização de informações ambientais, permitindo que a sociedade acompanhe e fiscalize as ações, as decisões e o desempenho das políticas públicas. De acordo com a coordenação do compromisso, a OGP contribuiu efetivamente na construção dos Planos de Dados Abertos do Ministério do Meio Ambiente e Entidades Vinculadas, uma vez que os representantes do governo, antes de participarem do compromisso 15, não tinham conhecimento da necessidade de elaboração do Plano de Dados Abertos,

Compromisso 15. Criar espaço de diálogo entre governo e sociedade para a geração e implementação de ações voltadas à transparência em meio ambiente	
	<p>assim como da importância da disponibilização de dados em formato aberto.</p> <p>Por fim, cabe mencionar que é notória a necessidade de se avançar em outras ações relacionadas à temática ambiental, de modo que, na elaboração do 4º Plano de Ação Nacional, três dos quatro temas priorizados pela sociedade civil são diretamente relacionados à área.</p>
Implementação até	Dezembro/2018

Compromisso 16. Consolidar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, SNIIC, para a produção, difusão e uso compartilhado de dados, informações e indicadores para a co-gestão da cultura	
Órgão coordenador	Ministério da Cultura
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Felipe Camargo
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Indicadores da Cultura
E-mail	felipe.camargo@cultura.gov.br
Telefone	(61) 2024-2230
Atores Envolvidos	Governo Instituto Brasileiro de Museus Ministério da Cultura Ministério do Turismo Prefeitura Municipal de São Paulo Secretaria de Cultura do Distrito Federal
	Sociedade Civil Casa das Redes ONG THYDÊWÁ - Potyra Te Tupinambá (Mensagens da Terra) Colegiado Setorial Música e GT Glossário da Cultura
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Dificuldade de acompanhamento das ações da área e necessidade de melhoria dos mecanismos de participação social
Objetivo Principal do Compromisso	Qualificar a gestão e a participação social por meio da sistematização e difusão das informações culturais
Breve descrição do compromisso	Melhorar a organização das informações sobre a gestão da cultura no país e garantir a participação social nos mecanismos de gestão das políticas públicas da área
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Gestão mais efetiva dos recursos públicos
Relevância do compromisso	Relevante para melhorar a qualidade das informações sobre cultura, permitindo uma atuação mais efetiva da sociedade civil
Ambição	Avanço na gestão compartilhada e participativa da produção, difusão e uso de dados, informações e indicadores da cultura
Situação (em 31/08/2018)	Em andamento
Descrição dos resultados	Os resultados alcançados pelo compromisso foram avaliados como positivos, pois alicerçaram o processo de governança e estimularam a aproximação do Ministério da Cultura com a sociedade civil. Tal aproximação é destacada, principalmente, no que tange à aferição de dados do “Mapas da Cultura”, sistema em que não somente a sociedade tem liberdade para incluir informações, mas também os controladores podem realizar a averiguação das mesmas.

Compromisso 16. Consolidar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, SNIIC, para a produção, difusão e uso compartilhado de dados, informações e indicadores para a co-gestão da cultura	
	<p>Os principais resultados e avanços decorrentes da execução do compromisso são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação da Plataforma do SNIIC; • Criação do Comitê Gestor do SNIIC, favorecendo o processo de Governança do uso da Plataforma; • Construção de um vocabulário comum de base para produção das informações culturais. • Possibilidade de aperfeiçoamento contínuo no SNIIC por meio de sua plataforma web denominada como SIMCultura. • 12 Unidades da Federação de 16 previstos (60% das Unidades da Federação) com disponibilidade de mapas culturais, ou seja, 75% da meta foi alcançada. • 37 municípios brasileiros com mapas culturais implementados, ou seja, 74% da meta concluída. • Capacitação de centenas de Gestores e conselheiros culturais para elaboração de planos municipais de cultura em, ao todo, 53 capacitações (27% da meta alcançada), sendo: <ul style="list-style-type: none"> - 10 Capacitações Realizadas pelo SESC-SP para gestores culturais no processo de produção de indicadores, projetos e políticas públicas culturais; e - 43 ações de capacitação realizadas pelo IBRAM envolvendo treinamentos, congressos, participação em Grupos de Trabalho, eventos, entre outras. <p>Segundo a coordenação do compromisso, o principal desafio decorrente do processo de execução foi criar um processo colaborativo de compartilhamento de dados, estatísticas e informações culturais com diferentes atores, incluindo estruturas administrativas do MinC, vinculadas, antes da Federação e a sociedade civil por meio dos mapas culturais. Para superar esta dificuldade, as principais ações estratégicas foram estabelecidas no sentido de viabilizar a construção de um arranjo institucional que permitisse uma maior integração do MinC com os Municípios e Unidades da Federação via adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Diversos mapas culturais foram criados nos âmbitos estadual e municipal, o que permitiu o compartilhamento de informações e o livre acesso a elas. No tocante à governança, houve avanços expressivos com a criação de um Comitê Gestor do SNIIC, instância que possibilita o processo contínuo e permanente de aperfeiçoamento de sua plataforma web denominada SIMCultura.</p>

Compromisso 16. Consolidar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, SNIIC, para a produção, difusão e uso compartilhado de dados, informações e indicadores para a co-gestão da cultura	
	<p>No que tange à construção de um vocabulário comum de base para produção de informações culturais, cabe ressaltar a criação do GT do Glossário da Cultura, que permitiu a criação de conceitos e padrões para uniformização da linguagem cultural e que viabilizará um padrão conceitual importante para divulgação de dados e estatísticas a respeito da cultura brasileira.</p> <p>Por fim, a coordenação do compromisso destacou que a OGP representa um marco importante para que haja um permanente diálogo entre as diferentes estruturas administrativas do Governo Federal, sendo também um marco institucional de importância para o processo de transparência e governança que está sendo implementado pelo Governo Federal.</p>
Implementação até	Dezembro/2018